

LOG-FRAME

Relatório Final 2013

Diagnóstico Social de Viana do Alentejo

—

REDE SOCIAL DE VIANA DO ALENTEJO

—

Entidade contratante:



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

DIAGNÓSTICO SOCIAL DE VIANA DO ALENTEJO 2013

Agosto 2013

EQUIPA DE ELABORAÇÃO



LOGFRAME, CONSULTORIA E FORMAÇÃO, LDA.

Rua Almeida e Sousa, 23 6.º B 1350-006 Lisboa

www.logframe.pt

COLABORARAM NA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO

JOÃO ANTUNES – Técnico da Rede Social de Viana do Alentejo

EDIÇÃO, PROPRIEDADE E REPRODUÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

RUA BRITO CAMACHO 13, 7090-237 VIANA DO ALENTEJO

TELEF. 266 930 010

www.cm-vianadoalentejo.pt

—



PREFÁCIO

Como todos sabemos, o atual contexto económico e social apresenta-se muito complexo. Com efeito, existe no nosso país em geral, e no nosso Concelho em particular, um número considerável de famílias e cidadãos a passar por enormes dificuldades em consequência da atual crise. O Município de Viana do Alentejo, em parceria com um vasto conjunto de entidades públicas e privadas que compõem o Programa Rede Social do Concelho de Viana do Alentejo, tudo tem feito, no âmbito das suas competências, para apoiar os munícipes a enfrentar e vencer os problemas com que se debatem no quotidiano.

As ameaças à qualidade de vida dos nossos munícipes têm um alcance profundo, contudo, o Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Viana do Alentejo, reconhecendo a importância dos instrumentos de planeamento, atualizou o Diagnóstico Social do Concelho de Viana do Alentejo no Ano Europeu dos Cidadãos 2013. Este importante documento de trabalho apresenta um retrato social com qualidade, beneficia de dados fidedignos e beneficiou com a participação dos diversos atores locais. A partir de agora, é possível conhecer melhor a realidade social das freguesias de Aguiar, Alcáçovas e Viana do Alentejo.

Na verdade, e para ser justo, não podemos ficar apenas por identificar os problemas. Temos de agir e atuar com todas as forças disponíveis. Com esse desígnio, e em colaboração com a rede de parceiros, foram identificadas as melhores estratégias para a intervenção, bem como os recursos a mobilizar, plasmados no novo Plano de Desenvolvimento Social 2014-2016. Trabalhando em conjunto, de forma organizada e articulada com toda a rede, todos unidos, iremos decerto ultrapassar as dificuldades, e desenvolver um trabalho mais eficaz em prol do desenvolvimento do nosso território e da melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população de Aguiar, Alcáçovas e Viana.

Presidente do CLAS de Viana do Alentejo

ÍNDICE GERAL

Índice de quadros e gráficos	5
Glossário de conceitos	7
1. Enquadramento	10
a. Objetivos do documento	10
b. O Programa Rede Social no quadro das Políticas Sociais	11
2. Metodologia de diagnóstico	15
3. O contexto da intervenção social	17
a. O contexto socioeconómico em 2011/2012	17
b. O concelho de Viana do Alentejo em números	21
i. População e família	21
ii. Qualificações e Mercado de trabalho	24
iii. Habitação	27
iv. Crianças e jovens	30
v. Idosos	31
vi. Pessoas com deficiências ou incapacidades	34
4. As principais áreas de constrangimento ao desenvolvimento social do concelho de Viana do Alentejo	37
a. Educação e formação	37
b. Emprego	44
c. Habitação	50
d. Saúde	53
5. Síntese conclusiva e considerações finais	61
6. Referências bibliográficas e eletrónicas	65
7. Anexos	66

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADRO 01 – População residente, por freguesia e grupo etário (2001 e 2011) (Nº)

QUADRO 02 – Variação da população residente, por grupo etário e freguesia (2001 e 2011) (%)

QUADRO 03 – Índices demográficos de referência, por freguesia (2011) (Nº e %)

QUADRO 04 – Famílias clássicas, por freguesia e dimensão (2011) (Nº)

QUADRO 05 – Núcleos familiares monoparentais (2011) (Nº)

QUADRO 06 – População residente, por nível de escolaridade mais elevado completo e freguesia (2011) (Nº)

QUADRO 07 – Analfabetismo, por freguesia (2011) (Nº e %)

QUADRO 08 – População residente com atividade económica, empregada, por sexo e situação na profissão (2011) (Nº)

QUADRO 09 – Taxa de desemprego, por sexo e freguesia (2011) (%)

QUADRO 10 – População desempregada, por freguesia, condição de procura de emprego e sexo (2011) (Nº)

QUADRO 11 – Ganho médio mensal (204-2009) (€)

QUADRO 12 – Edifícios, por época de construção e freguesia (2011) (Nº)

QUADRO 13 – Edifícios, por necessidades de reparação (2011) (Nº)

QUADRO 14 – Alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, por instalações existentes e freguesia (2011) (Nº)

QUADRO 15 – Índice de lotação dos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual (2011) (Nº)

QUADRO 16 – População residente com menos de 15 anos, por freguesia (2011) (Nº)

QUADRO 17 – Índice de dependência de jovens (2001 e 2011) (Nº)

QUADRO 18 – População residente com 65 e mais anos, por freguesia (2011) (Nº)

—

QUADRO 19 – Alojamentos familiares de residência habitual e cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos de idade, segundo o número de residentes (2011) (Nº)

QUADRO 20 – Famílias clássicas segundo o número de pessoas com 65 ou mais anos, por dimensão da família (2011) (Nº)

QUADRO 21 – População residente com 5 ou mais anos segundo o tipo de dificuldade e sexo, por grau de dificuldade sentido e por freguesia (2011) (Nº)

QUADRO 22 – População residente com pelo menos uma dificuldade com 5 ou mais anos segundo o tipo e grau de dificuldade sentido por grupo etário e sexo (2011) (Nº)

QUADRO 23 – População residente com pelo menos uma dificuldade, por condição perante a atividade económica (2011) (Nº)

QUADRO 24 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico e Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (2010/2011) (%)

QUADRO 25 – Alunos em situação de abandono, retenções ou exclusões/anulações (2012/2013) (Nº)

QUADRO 26 – Recursos locais na área da educação e formação (2013)

QUADRO 27 – Ganho médio mensal por setor de atividade (2009) (€)

QUADRO 28 – Recursos locais na área do emprego (2013)

QUADRO 29 – Recursos locais na área da habitação (2013)

QUADRO 30 – Nº Problemas psicológicos (Agosto/2013) (Nº)

QUADRO 31 – Recursos locais na área da saúde (2013)

QUADRO 32 – Distribuição dos utentes inscritos na sede e extensões do Centro de Saúde, por sexo (2013) (Nº)

FIGURA 01 – Núcleos familiares, segundo o número de filhos (2011) (Nº)

FIGURA 02 – Horários de transporte públicos (2012)

FIGURA 03 – Bairro pré-fabricado da freguesia de Aguiar (2013)

—

GLOSSÁRIO DE CONCEITOS

Alojamento familiar	Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas uma família e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.
Ator	Qualquer pessoa, grupo ou organização cujas ações influenciem, direta ou indiretamente, o projeto. Por vezes também se designa por “interveniente” ou “agente”.
Causa	O que produz um efeito ou consequência.
Consequência	Aquilo que é despoletado ou provocado por uma determinada causa.
Densidade populacional	Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).
Diagnóstico	Processo de analisar a situação, o problema, o grupo ou a organização que o projeto terá como objeto. Trata-se de um instrumento que permite a caracterização de uma situação, a deteção de necessidades, a identificação de problemas, a inventariação de recursos e a determinação dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças de uma determinada unidade de análise (situação, problema, grupo ou organização). Existem muitas formas de diagnóstico que podem ser utilizadas alternativa ou complementarmente.
Dimensão média da família	Quociente entre o número de pessoas residentes em famílias clássicas e o número de famílias clássicas residentes.
Empowerment	Condição emancipadora expressa através de autoafirmação individual, mobilização coletiva, resistência e/ou protesto, desafiando as relações de poder existentes. Envolve um processo destinado a mudar a natureza e, por consequência, a distribuição de poder.
Família clássica	Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.
Ganho médio mensal	Montante líquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).
Indicador	Elemento observável e objetivo que fornece informação sobre aspetos específicos da realidade. Dados, qualitativos ou quantitativos, que fornecem informações sobre contextos, organizações, grupos, pessoas, dinâmicas ou atividades. Quando um indicador resulta da síntese ou da agregação de vários indicadores singulares, designa-se por “índice”.
Índice de dependência de idosos	Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10 ²) pessoas com 15-64 anos).

Índice de dependência de jovens	de de	Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10 ²) pessoas com 15-64 anos).
Índice de dependência total	de	Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10 ²) pessoas com 15-64 anos).
Índice de envelhecimento	de	Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10 ²) pessoas dos 0 aos 14 anos).
Índice de longevidade	de	Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10 ²) pessoas com 65 ou mais anos).
Índice de lotação do alojamento		Indicador do número de divisões a mais ou a menos em relação ao número de residentes no alojamento. O cálculo é feito com base nos seguintes parâmetros considerados normais: uma divisão para sala de estar; uma divisão por cada casal; uma divisão por cada outra pessoa não solteira; uma divisão por cada pessoa solteira com mais de 18 anos; uma divisão por cada duas pessoas solteiras do mesmo sexo com idade entre os 7 e 18 anos; uma divisão por cada pessoa solteira de sexo diferente com idade entre os 7 e 18 anos; uma divisão por cada duas pessoas com menos de 7 anos.
Índice de renovação da população em idade ativa	de da em	Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10 ²) pessoas com 55-64 anos).
Índice sintético de fecundidade		Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).
Intensidade laboral per capita muito reduzida		Proporção de indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares cujos adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho potencial.
Necessidade		Aquilo que um grupo-alvo necessita de acordo com as suas próprias perspetivas ou segundo uma apreciação dos seus interesses feita por terceiros.
Núcleo familiar		Conjunto de duas ou mais pessoas pertencentes à mesma família clássica mantendo uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes e que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos.
Núcleo familiar monoparental		Conjunto de pessoas dentro de uma família clássica, que tem a presença de apenas um dos progenitores, pai, ou mãe com filho(s), avó ou avô com neto(s) não casado (s).

Parceria	Acordo de colaboração entre duas ou mais organizações de modo a articular as suas intervenções. Envolve, dependendo da sua profundidade, a partilha de informação, recursos humanos, materiais e financeiros. As parcerias podem ser mais ou menos formais. Por vezes é utilizado, alternativamente, o termo “partenariado”. Porém, alguns autores distinguem entre os dois termos utilizando a designação “parceria” para acordos de parceria informais e “partenariado” para acordos de parceria formais.
Pessoa com deficiência	Pessoa que, por motivo de perda ou anomalia congénita ou adquirida de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas e suscetíveis de lhe limitar ou dificultar a atividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas em conjugação com os fatores ambientais.
Privação material severa	Condição do agregado doméstico privado no qual se verifica a carência forçada de pelo menos quatro dos seguintes nove itens, devido a dificuldades económicas: a) capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada e próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) capacidade para pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) capacidade para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; f) capacidade para ter máquina de lavar roupa; g) capacidade para ter televisão a cores; h) capacidade para ter telefone fixo ou telemóvel; i) capacidade para ter automóvel (ligeiro de passageiros ou misto).
Recursos	Meios – humanos, materiais ou financeiros – disponíveis e mobilizáveis para a concretização de determinadas atividades, determinados objetivos ou objetivos gerais.
Stakeholder	Qualquer grupo ou indivíduo que é, direta ou indiretamente, afetado pelo projeto ou pelos resultados de uma dada intervenção. Qualquer agente que possui um interesse no projeto: o grupo-alvo, a comunidade local, os beneficiários indiretos, os gestores de projeto, as organizações financiadoras, entre outros. Por vezes, é também designado por “interessado” ou “detentor de interesses”.
Taxa de analfabetismo	Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.
Workshop	Evento, sob a forma de sessão ou reunião de trabalho, em que um grupo de pessoas se reúne com o propósito, por exemplo, de analisar um assunto, debater um tema ou elaborar um documento. Tradicionalmente, o termo <i>workshop</i> é utilizado quando se recorre a métodos e técnicas participativos ou ativos e o número de pessoas envolvidas no evento é relativamente reduzido.

FONTES: Schiefer et al (2006) MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos, São João do Estoril: Principia (pp.233-270).
 INE, Sistema de Meta informação (www.ine.pt)

1. ENQUADRAMENTO

a. Objetivos do documento

O Diagnóstico Social do Concelho de Viana do Alentejo, enquadrado nas atividades do Conselho Local de Ação Social de Viana do Alentejo (CLASVA), é parte integrante de um processo de planeamento da intervenção social de âmbito local mais amplo, sendo sucedido por um Plano de Desenvolvimento Social.

O atual documento resulta de um processo participado de reflexão no seio do CLASVA, estrutura de parceria que contou com os contributos de um leque alargado de atores sociais locais.

Um diagnóstico social é, pela sua natureza dinâmica, um documento que não encerra um processo mas antes “promove” outros, devendo estar permanentemente aberto a novos *inputs*. Não obstante, é relevante sistematizar, em momentos específicos e concretos, os principais constrangimentos e vulnerabilidades do território e das suas comunidades em matéria de inclusão social, sendo por isso relevante produzir, periodicamente “pontos de situação” que diagnostiquem e materializem os processos de levantamento de problemas e necessidades. O presente documento constitui, precisamente, a materialização dessa realidade, à data de 2013.

O conteúdo do Diagnóstico Social de Viana do Alentejo resulta dos contributos recolhidos junto dos diversos atores locais que foram mobilizados para este processo, cruzados e complementados por um conjunto de indicadores que foi possível recolher junto dos parceiros do CLASVA, bem como das fontes oficiais do Sistema Nacional de Estatística. A abordagem metodológica utilizada foi eminentemente participativa, valorizando a experiência daqueles que mais próximo estão dos problemas e de quem os vive, as instituições locais e os seus técnicos.

Com a implementação deste processo de planeamento pretende-se que o Município de Viana do Alentejo e as entidades parceiras do CLASVA passem a ter:

- ✓ Um instrumento de planeamento coerente com as políticas e estratégias nacionais e europeias;
- ✓ Um diagnóstico social que seja resultado da reflexão e participação dos atores locais e onde todos se revejam;
- ✓ Um instrumento de suporte a candidaturas a programas e medidas;
- ✓ Clareza estratégica quanto ao percurso de desenvolvimento social do concelho;
- ✓ Um instrumento de trabalho que potencie o aproveitamento cabal das oportunidades de financiamento e apoio para projetos e respostas na área social.

b. O Programa Rede Social no quadro das políticas sociais

O Programa Rede Social foi concebido pelo governo português em 1997 e formalizado através da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) 197/97 de 18 de Novembro. Posteriormente foram publicados o Despacho Normativo nº 8/2002, de 12 de fevereiro, e o Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho.

O Programa assume um contexto societal pós-moderno, marcado por um novo entendimento dos processos de mudança e desenvolvimento social (descrito no ponto anterior), traduzido no conceito de “sociedade em rede” de Manuel Castells e tendo por base o teorema da dualidade da estrutura (Anthony Giddens).

Esta RCM designa por Rede Social “... o conjunto das diferentes formas de entreajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da ação social e articulam entre si e com o governo a respetiva atuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social”, alicerçando o conceito na “...tradição secular de entreajuda familiar e de solidariedade mais alargada” do país.

Tendo por base a ideia descrita, o Programa procura estimular a criação de redes locais de cooperação (de base concelhia ou infraconcelhia), que reconheçam a multidimensionalidade dos fenómenos e a complementaridade entre os setores público e privado e promovam a participação ativa das populações e seus representantes nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento local. Deste modo, estas redes locais devem estar aptas a: i) unir os esforços das diversas organizações com intervenção na esfera social, de modo a obter ganhos sinérgicos; ii) alinhar meios, procedimentos e agentes de resposta a nível local; iii) rentabilizar os recursos endógenos aos territórios e, por conseguinte, às organizações que neles operam e às populações que neles habitam (ou trabalham); iv) promover inovações na concretização das políticas sociais; v) fomentar relações de confiança e partilha com proveitos e mais-valias para todas as partes.

Estes objetivos traduzem o reconhecimento da impossibilidade de trabalhar de forma fragmentada, não coordenada e, acima de tudo, não participada e o desperdício de reforços, recursos e sinergias dos atores sociais quando se desenvolvem ações isoladas. De modo a dar cumprimento a estes objetivos, o Programa privilegia um conjunto de princípios orientadores, a saber:

✓ **Princípio da Integração**

Este princípio chama a atenção para a necessidade de uma atuação conjunta entre as diferentes organizações que operam num dado território, bem como entre os três grandes pilares do desenvolvimento territorial (economia, ambiente e social).

“O desafio que se coloca à Rede Social é o de se ser capaz de integrar as várias medidas de política e os instrumentos existentes ao nível dos vários setores numa ação concertada e coerente de desenvolvimento local.”

✓ **Princípio da Articulação**

Este princípio decorre do primeiro e concretiza a necessidade de articular a intervenção dos diferentes atores locais que operam num mesmo território, de forma horizontal, simplificada, participada e corresponsável.

“Em consonância com este princípio, a Rede Social deve constituir um suporte da ação, permitir criar sinergias entre os recursos e as competências existentes na comunidade, fornecer uma logística comum aos diferentes parceiros e contribuir para a promoção de projetos.”

✓ **Princípio da Subsidiariedade**

O princípio da subsidiariedade traduz uma ideia de proximidade às populações, aos seus problemas, aos seus recursos e às suas capacidades, de modo a envolver os destinatários das intervenções na definição do seu próprio processo de desenvolvimento e de modo a obter ganhos efetivos em termos de eficácia, eficiência e impacto das medidas.

“A aplicação deste princípio implica que só depois de serem explorados os recursos e competências locais é que se deverá apelar para outros níveis de decisão sucessivamente superiores de resolução dos problemas.”

✓ **Princípio da Inovação**

Este princípio representa o reconhecimento do tipo de sociedade atual, caracterizada pela volatilidade e por um ritmo de mudança sem precedentes na história da Humanidade, o que acarreta novas exigências às organizações e aos indivíduos, no sentido de se adaptarem e criarem repostas organizacionais inovadoras e em conformidade com estas exigências.

“Ao apostar na descentralização da intervenção social e na responsabilização conjunta dos agentes locais, no desenvolvimento de uma nova forma de parceria estratégica baseada numa ampla democracia participativa e no planeamento intersectorial da intervenção social local, a Rede Social coloca-se na vanguarda do processo de inovação da intervenção social e da transformação de mentalidades.”

✓ **Princípio da igualdade de género**

O planeamento e a intervenção integram a dimensão de género quer nas medidas e ações quer na avaliação do impacto. A importância da questão da igualdade está alicerçada no pressuposto de que uma maior igualdade de género tem impactos positivos em diversos sectores da vida social, económica, cultural e política, nomeadamente: i) a nível macroeconómico, contrariando os efeitos negativos do envelhecimento da população por via da atenuação da falta de mão-de-obra e de competências em algumas profissões e do contributo para o crescimento pela base da pirâmide demográfica, fazendo com que as opções de natalidade não estejam sujeitas a constrangimentos laborais ou materiais; ii) a nível microeconómico, considerando-se que uma organização do trabalho mais flexível e que tem em conta a família, favorece a redução do absentismo e potencia a produtividade e competitividade das empresas e das regiões; e iii) a nível sociocultural, sendo que uma maior participação política e cívica das mulheres e o igual acesso a direitos e oportunidades contribuem para uma sociedade mais coesa e mais justa.

No plano metodológico, o Programa situa-se no quadro de desenvolvimento de novas formas de pensar a intervenção social, tendendo à superação definitiva do paradigma assistencialista, com as suas lógicas de intervenção centradas em situações pontuais e individualizadas.

Correspondendo ao reconhecimento do carácter multidimensional das situações de pobreza e exclusão social, algumas ideias têm vindo progressivamente a impor-se, designadamente a coresponsabilização do Estado e da Sociedade Civil no combate aos fenómenos de pobreza e exclusão, traduzida no desenvolvimento de culturas de parceria e de trabalho em rede e de responsabilidade social.

É com base nesta perspetiva que é proposto aos concelhos que implementam o Programa que desenvolvam os seguintes produtos:

Formalização das estruturas de parcerias: Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) e Comissões Sociais de Freguesia (CSF) ou Comissões Sociais Inter Freguesias (CSIF)

Os CLAS e as CSF/CSIF são as formas organizativas que materializam a Rede Social, enquanto plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível concelhio e a nível de freguesia. Estas estruturas de adesão livre (remete para o aspeto funcional das redes no que se refere à vontade de adesão e permanência) são formalizadas através de Regulamentos Internos próprios e autónomos, que devem no entanto contemplar os princípios e orientações gerais do Programa. Quanto à sua natureza, ambos os órgãos não possuem personalidade jurídica, assumindo a figura de órgãos de concertação entre os seus membros.

Diagnóstico Social e Sistema de Informação Local

A elaboração do diagnóstico concorre para um maior conhecimento dos recursos existentes (endógenos e exógenos) e das capacidades dos territórios para o recenseamento dos problemas, o esclarecimento das carências, a determinação de prioridades e as estratégias a adotar.

O desenho e implementação de um sistema de informação local apoia-se no trabalho desenvolvido para elaborar o diagnóstico social. Trata-se de construir um sistema de recolha de informação permanente que permita a atualização periódica do conhecimento da realidade social nas freguesias e no concelho, servindo de base à atualização e aprofundamento do diagnóstico social.

Plano de Desenvolvimento Social (PDS)

Estes planos desenvolvem-se a partir dos diagnósticos elaborados e da consequente definição de prioridades e linhas estratégicas para a intervenção local. Eles devem apoiar-se nas forças e recursos endógenos existentes, devendo focalizar-se na utilização desses mesmos recursos.

A elaboração do PDS deve ser um processo participado, negociado e contratualizado entre os parceiros, assim como o processo de elaboração do diagnóstico social. Desta forma, garante-se a representação de sensibilidades diversificadas quanto aos problemas e objetivos em presença e, por outro lado, assegura-se a viabilidade e concretização do plano.

É, desta forma, possível aumentar a capacidade de identificação e resolução de problemas, gerando respostas concretas, incrementar o número de projetos locais com base na reunião de recursos e capacidades das organizações, melhorar os níveis de participação dos destinatários dos programas e projetos de intervenção social que lhes dizem respeito, numa lógica de *empowerment* (individual, coletivo e organizacional).

Modelo de articulação entre as parcerias existentes no território concelho

Este modelo tem por objetivo equacionar propostas locais de articulação entre as parcerias que já existem no terreno, assumindo a Rede Social o papel de parceria-chapéu. Este desafio pretende dar resposta ao problema da multiplicação de parcerias de diversos âmbitos no plano local, as quais por vezes contribuem para a multiplicação de reuniões e para a dispersão de esforços dos técnicos das várias entidades. Este modelo deverá ter como impactes: i) rentabilização da ação dos agentes locais pertencentes às diferentes entidades locais com intervenção social; ii) transformação da cultura e práticas dos serviços e instituições locais, no sentido de uma maior transparência e da abertura às outras entidades e às populações. Esta articulação deverá traduzir-se, ainda, numa simbiose entre instrumentos de planeamento local (PDM, Planos Estratégico, etc.) e nacional (PNAI, PNI, Plano Nacional de Emprego, Plano Nacional de Saúde, etc.) com vista à promoção das dinâmicas de desenvolvimento local.

2. METODOLOGIA DE DIAGNÓSTICO

O Diagnóstico Social do Concelho de Viana do Alentejo, enquadrado nas atividades do Conselho Local de Ação Social de Viana do Alentejo (CLASVA) é parte integrante de um processo de planeamento da intervenção social de âmbito local mais amplo, sendo sucedido por um Plano de Desenvolvimento Social.

A metodologia aplicada pela Logframe, constante na proposta que apresentou em sede de procedimento de contratação e validada, posteriormente, pelo Núcleo Executivo do CLASVA, assenta em diversos princípios de atuação da empresa, designadamente:

- ✓ **Participação** concreta, em cada momento de trabalho, dos *stakeholders* locais por forma a garantir um conhecimento o mais completo possível das realidades em análise mas também a mobilização efetiva para a ação futura;
- ✓ **Profissionalismo**, baseado numa preocupação permanente com o rigor técnico e metodológico dos processos e com a consistência e robustez dos resultados obtidos;
- ✓ **Abertura**, por via de uma flexibilidade e atenção constantes às necessidades dos clientes, adequando estratégias e instrumentos metodológicos sempre que necessário;
- ✓ **Transparência**, através de um trabalho efetivo de parceria com os clientes e de partilha de informação, através de momentos específicos de *feedback* e recolha de contributos;
- ✓ **Utilidade**, procurando que todos os momentos de trabalho e processos técnico-metodológicos tenham como fim último a sua utilidade e utilização por parte dos clientes, parceiros e comunidades. A eliminação de atividades e processos sem valor-acrescentado é uma preocupação omnipresente nos nossos projetos.

Tendo por base os princípios descritos, foi desenhada e implementada uma abordagem participativa que aposta num leque diversificado de instrumentos de recolha e tratamento de informação que garantem, no seu conjunto, a abordagem multi-método que se propôs desenvolver e que permitiu uma “filtragem” mais segura de dados e uma leitura mais correta da realidade do concelho de Viana do Alentejo. Esses instrumentos são:

- ✓ **Workshops de diagnóstico** de âmbito concelhio e temático envolvendo os representantes das organizações com intervenções relevantes em matéria de desenvolvimento social e que possuem um conhecimento aprofundado nas suas áreas de reflexão/intervenção. Estes *workshops* foram facilitados com o auxílio de software de *mindmapping*;
- ✓ **Reuniões de trabalho**, nomeadamente com o Núcleo Executivo do CLASVA;
- ✓ **Diagramas de análise de causalidades**;

—

- ✓ **Análise documental e estatística**, designadamente utilização de fontes oficiais, das quais se destacam pela sua atualidade os resultados do Censos 2011, as estatísticas do IEFP e da Segurança Social, mas também fontes de informação estatística de base local.

O processo e resultados do diagnóstico assentam em quatro áreas de constrangimento ao desenvolvimento do concelho de Viana do Alentejo, nomeadamente: educação e formação, emprego, habitação e saúde.

—

3.O CONTEXTO DA INTERVENÇÃO SOCIAL

a. O contexto socioeconómico em 2011/2012

A atual realidade socioeconómica do país é particularmente difícil, resultante de uma crise sem precedentes nas últimas décadas. De facto, a situação económica e social degradou-se de uma forma bastante aguda, com o desemprego e a precariedade do emprego a acentuarem-se e a afetarem de forma particularmente intensa alguns grupos sociais mas atingindo todos, o rendimento disponível das famílias a retrain-se, e a economia em recessão.

As vulnerabilidades e constrangimentos ao desenvolvimento do país são de diversa ordem, destacando-se, pela relevância que assumem em matéria de coesão social (domínio que enquadra o presente documento de diagnóstico), os que se seguem.

Demografia e envelhecimento

O padrão de envelhecimento da população, observado nos últimos anos, tem vindo a acentuar-se, em consequência não apenas dos progressos em termos da esperança média de vida, mas também dos baixos valores do índice sintético de fecundidade que, apesar de um ligeiro aumento em 2010, se mantém abaixo do limiar de substituição das gerações. O fenómeno do duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento da população idosa e pela redução da população jovem, agravou-se na última década, o que aumenta, certamente, as exigências em termos de medidas de política pública.

Mercado de trabalho

Historicamente, o mercado de trabalho português é caracterizado por altas taxas de emprego e elevada participação feminina, uma população ativa e empregada com baixos níveis de qualificação, uma marcada segmentação laboral (onde os trabalhadores com vínculos laborais precários assumem uma expressão significativa) e por uma reduzida taxa de desemprego. No entanto, esta realidade tem-se alterado significativamente. As principais evidências desse ajustamento são: i) o aumento continuado da taxa de desemprego e ii) uma redução do emprego, num quadro de estagnação do Produto Interno Bruto (PIB) e do adensar da segmentação do mercado de trabalho.

A taxa de desemprego estrutural atingiu valores elevados no contexto nacional, estimando-se que, em 2011, tenha atingido uma percentagem próxima dos 11,8%. Em termos globais, a sua evolução nestes últimos anos não é diferente. Atingiu valores historicamente elevados nos últimos anos, com particular destaque desde 2008, atingindo grupos muito específicos da população, alguns dos quais com maiores

dificuldades de regresso ao mercado de trabalho. Embora a atual conjuntura económica justifique parte desse aumento, importa ter presente que a taxa de desemprego tem vindo a aumentar continuamente desde 2000. Esta situação tem levado a uma maior pressão sobre o sistema de proteção social, tanto por via do aumento da despesa como de redução das receitas.

O mercado de trabalho português caracteriza-se, do ponto de vista estrutural, pelos seguintes traços dominantes: i) baixos níveis de qualificação dos trabalhadores e empresários; ii) elevados níveis de precariedade, de que a elevada percentagem de contratos temporários é o sinal mais visível; iii) níveis remuneratórios em média baixos, coexistindo com elevadas disparidades salariais num contexto de dificuldades na sustentação ou aumento dos salários; iv) persistência de deficiências no plano das condições de trabalho, designadamente em matéria de higiene e segurança no trabalho, apesar dos progressos também registados.

Qualificações

Uma das vulnerabilidades estruturais de Portugal, com influência importante quer na produtividade e no nível de emprego e desemprego, quer no nível de rendimentos das famílias, está ligada com o défice de qualificações da população portuguesa (em especial da população adulta). Apesar dos progressos registados nos últimos anos, a posição desfavorável de Portugal tende a manter-se, o que assume contornos preocupantes designadamente se tivermos em consideração as expectativas da evolução do mercado de trabalho no contexto europeu (ou seja, uma diminuição da procura de baixas qualificações, a manutenção da procura de qualificações intermédias e o aumento da procura de qualificações elevadas).

Em matéria de qualificações verificam-se dois grandes tipos de debilidades estruturais que têm marcado a evolução recente do sistema de educação e formação em Portugal, contribuindo, não raras vezes, para a reprodução de “ciclos viciosos” de subqualificação: i) a persistência de elevados níveis de abandono prematuro da população jovem do sistema de educação-formação, associada normalmente a trajetórias de dificuldades de aprendizagem e insucesso escolar, mas também, e em simultâneo, a dinâmicas específicas do mercado de trabalho, que criam oportunidades de trabalho pouco qualificado para amplos segmentos da população; ii) a escassa participação da população adulta em atividades de educação e formação ao longo da vida, em particular dos menos qualificados, o que não tem permitido recuperar os baixos níveis de qualificação da população que não teve oportunidade ou possibilidade de adquirir anteriormente uma maior formação de base.

Pobreza e exclusão social

Portugal continua a registar desigualdades sociais persistentes que, pese embora uma dimensão estrutural de longo curso – associada a fatores específicos do país (designadamente a emergência tardia dos principais instrumentos de proteção social de carácter universal) ou às consequências das

—

transformações demográficas registadas no conjunto dos países ocidentais – têm sido influenciadas por fatores mais recentes, entre os quais se incluem os efeitos das crises económicas.

Outra vulnerabilidade estrutural prende-se com os elevados níveis de pobreza monetária e de desigualdade económica que ainda se registam no país, tendo sido registado para o ano de 2011, 2 601 mil indivíduos em situação de pobreza ou exclusão social.

Nesta matéria, o país é atualmente caracterizado por: i) percentagens elevadas de pobreza infantil, tanto em termos de incidência como persistência e intensidade, agravando a vulnerabilidade a que os agregados com crianças dependentes estão sujeitos, em particular os monoparentais e os numerosos, e alimentando o fenómeno da reprodução intergeracional da pobreza; ii) uma considerável insuficiência de recursos em agregados com adultos que trabalham, conhecidos como “trabalhadores pobres”, com níveis de escolaridade muito baixos, e a que não serão alheios os elevados e crescentes níveis de desigualdade salarial; iii) pelo aumento do número de famílias com muito baixa intensidade de trabalho, cuja fragilidade as expõe a novas situações de pobreza; iv) pela existência de grupos específicos particularmente vulneráveis à pobreza e à exclusão social, como as pessoas com deficiência e/ou incapacidade, os imigrantes, as pessoas sem-abrigo, a população de etnia cigana, os refugiados e apátridas, entre outros, que dispõem de menores rendimentos, de redes de apoio informal mais frágeis e que experienciam dificuldades acrescidas no acesso ao mercado de trabalho.

Na sequência do compromisso político assumido na Estratégia Europa 2020, Portugal adotou no Programa Nacional de Reformas (PNR), no âmbito do crescimento inclusivo e do objetivo ‘Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais’, uma meta nacional de redução de, pelo menos, 200 mil pessoas em situação de pobreza até 2020. Deliberou-se então que essa redução seria faseada no período de referência, “devido aos constrangimentos orçamentais e conseqüente esforço de contenção a que Portugal [estaria] sujeito até 2013”, perspetivando-se uma redução mais expressiva a partir desse ano.

Risco de pobreza monetária

De acordo com os resultados obtidos para o risco de pobreza monetária relativa, em 2011, existiam em Portugal 1 919 mil indivíduos abaixo da linha de pobreza. Depois de um recuo significativo em 2009 (-0.6pp ou menos 69 mil indivíduos), registou-se um ligeiro aumento da população em risco de pobreza nos dois anos seguintes, já em consequência da degradação dos rendimentos médios das famílias, resultante do difícil período que vivemos desde 2009, marcado pelo aumento do desemprego, aumento de impostos e redução de transferências sociais.

Como ideia-síntese, subentende-se que a manutenção da taxa de pobreza assenta numa questão metodológica, podendo estar aqui oculto um efetivo agravamento das condições económicas das famílias, pois de acordo com outros indicadores do mesmo inquérito, observa-se um aumento da taxa de intensidade da pobreza de 22,7% para 23,2%.

Por outro lado, há peritos que começam agora a defender de forma mais enfática o indicador “taxa de risco de pobreza ancorada num determinado ano”, sendo depois atualizada a linha de pobreza com o valor da inflação. O Eurostat disponibiliza este indicador ancorado em 2005, e segundo os resultados obtidos para 2011, o risco de pobreza em Portugal agravou-se para todos os grupos etários (+1.7pp), em particular para as crianças (+2,6pp).

Privação material severa

A privação material severa tem registado um decréscimo contínuo desde 2008, ano em que registou uma taxa de 9,7%, sendo atualmente de 8,3%, o valor mais baixo desde 2004. Em números absolutos, saíram desta situação, desde 2008, cerca de 148 mil indivíduos, sendo a descida mais assinalável em 2011 (-77 mil).

Intensidade Laboral *per capita* muito reduzida

O indicador escolhido para refletir as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, geradoras por isso de insuficiência de rendimentos e de exclusão social, mostra que em 2010 (inquérito de 2011), a proporção da população com menos de 60 anos a viver em agregados familiares com muito baixa intensidade de trabalho foi de 8,2%, menos 0,4 pp face ao ano anterior, e mais 1,9 pp face a 2008 (6,3%). Em termos absolutos, a evolução do último (-34 mil indivíduos) contraria a evolução dos anos anteriores, sendo que no cômputo geral, face a 2008, a população praticamente excluída do mercado de trabalho aumentou em 149 mil indivíduos.

É neste contexto socioeconómico exigente que é elaborado o presente Diagnóstico Social do Concelho de Viana do Alentejo e que decorrerá, com elevado grau de probabilidade, a implementação do novo Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Viana do Alentejo.

—

b. O concelho de Viana do Alentejo em números

i. População e família

O concelho de Viana do Alentejo localiza-se na NUTS II – Alentejo e na NUTS III – Alentejo Central, registando no ano de 2011 uma **população residente de 5 743 indivíduos**, 48,4% dos quais do sexo masculino (2 780) e 51,6% do sexo feminino (2 963). Viana do Alentejo apresenta uma **área de 393,6 Km²** e possui três freguesias: Aguiar, Alcáçovas e Viana do Alentejo. O concelho encontra-se limitado a norte pelo concelho de Montemor-o-Novo, a este por Évora, a sudoeste por Portel, a sul por Alvito e a oeste por Alcácer do Sal. Tendo em conta a informação referida, conclui-se que no ano de 2011 a **densidade populacional do concelho é de 14,6 hab/Km²**.

Tendo por referência o momento censitário anterior (2001), o concelho registou um **ganho populacional de 2,28% (ou seja, mais 128 pessoas)**, o que está claramente em contraciclo com o que se verifica na região do Alentejo (que perdeu cerca de 2,48% da sua população) e na sub-região do Alentejo Central (que perdeu 3,93% de população). A freguesia mais responsável por este ganho de população é Aguiar, que viu a sua população aumentar em 27,32% nos últimos 10 anos (mais 191 indivíduos). Também Alcáçovas ganhou população, mas de forma muito pouco expressiva (1,10%, ou seja, 23 pessoas). Viana do Alentejo foi a única freguesia a perder população, num total de menos 86 pessoas (-3,04%).

Quadro 01 – População residente, por freguesia e grupo etário (2001 e 2011) (Nº)

Zona Geográfica	População residente									
	Em 2001					Em 2011				
	Total	Grupos etários				Total	Grupos etários			
	HM	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
Alentejo	776.585	106.645	100.507	395.932	173.501	757.302	102.774	73.753	397.787	182.988
Alentejo Central	173.646	24.220	22.686	87.858	38.882	166.822	22.189	16.562	87.304	40.767
Viana do Alentejo	5.615	831	728	2.655	1.401	5.743	823	582	2.871	1.467
Alcáçovas	2.088	267	245	955	621	2.111	289	200	1.006	616
Viana do Alentejo	2.828	463	389	1.359	617	2.742	386	278	1.372	706
Aguiar	699	101	94	341	163	890	148	104	493	145

FONTE: INE, Censos 2011

A análise por grandes grupos etários permite concluir que o concelho de **Viana do Alentejo ganhou, sobretudo, população em idade ativa (8,14%)**, ou seja, com idades compreendidas entre os 25 e 64 anos, seguida do grupo com idades iguais ou superiores a 65 anos (4,71%). Sublinha-se, igualmente, o facto de a população jovem registar uma tendência de decréscimo, nomeadamente na faixa etária compreendida entre os 15 e os 24 anos (-20,05%).

Quadro 02 – Variação da população residente, por grupo etário e freguesia (2001 e 2011) (%)

Zona Geográfica	População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)				
	Var. Total	Grupos etários			
		0-14	15-24	25-64	65 ou mais
Alentejo	-2,48	-3,63	-26,62	0,47	5,47
Alentejo Central	-3,93	-8,39	-26,99	-0,63	4,85
Viana do Alentejo	2,28	-0,96	-20,05	8,14	4,71
Alcáçovas	1,10	8,24	-18,37	5,34	-0,81
Viana do Alentejo	-3,04	-16,63	-28,53	0,96	14,42
Aguiar	27,32	46,53	10,64	44,57	-11,04

FONTE: INE, Censos 2011

Os índices demográficos tradicionalmente utilizados demonstram, de forma inequívoca a evolução descrita, ou seja, o concelho regista: i) um **índice de envelhecimento de 178,70**, mais baixo que o da sub-região e região em que se insere; ii) ainda assim, o **índice de dependência de idosos** é o mais elevado (**42,70**), quando comparado com aquelas referências territoriais, o mesmo se passando com o **índice de longevidade (56,44%)**; iii) um **índice de dependência de jovens de 23,90**, mais elevado que os índices das regiões em que se enquadra o concelho.

É, no entanto, muito relevante o facto de o **índice de renovação da população em idade ativa (115,94)** ser significativamente superior ao da região do Alentejo e ao da sub-região do Alentejo Central, o que traduz o já referido acréscimo de população em idade ativa. A freguesia que melhor desempenho regista nesta matéria é, como seria de esperar, Aguiar, com um valor de 162,16.

Quadro 03 – Índices demográficos de referência, por freguesia (2011) (Nº e %)

Local de residência	Índice de envelhecimento	Índice de dependência de idosos	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência total	Índice de renovação da população em idade ativa	Índice de longevidade (%)
Alentejo	178,90	39,10	21,90	60,90	84,38	51,92
Alentejo Central	184,40	39,50	21,40	60,90	88,92	53,46
Viana do Alentejo	178,70	42,70	23,90	66,50	115,94	56,44
Alcáçovas	214,20	51,50	24	75,50	116,36	57,47
Viana do Alentejo	182,90	42,80	23,40	66,20	103,81	55,81
Aguiar	98,70	24,50	24,80	49,30	162,16	55,17

FONTE: INE, Censos 2011

No que diz respeito às famílias e núcleos familiares, Viana do Alentejo regista no ano de 2011 **2 220 famílias, 2 214 das quais clássicas**, maioritariamente constituídas por 2 pessoas (749). Comparativamente com o ano de 2001, e à semelhança do registado para a população, também em matéria de famílias, o concelho registou um acréscimo, neste caso concreto de 120 famílias (+5,7%). A **dimensão média das famílias é de 2,6 indivíduos** em 2011, o que traduz uma pequena redução face a 2001, onde aquele indicador registava o valor de 2,7 pessoas.

Quadro 04 – Famílias clássicas, por freguesia e dimensão (2011) (Nº)

Zona Geográfica	Famílias clássicas - dimensão					
	Total	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 ou mais pessoas
Alentejo	302.944	71.680	103.674	68.481	44.372	14.737
Alentejo Central	66.941	15.796	22.822	15.265	10.031	3.027
Viana do Alentejo	2.214	497	749	497	358	113
Alcáçovas	833	208	300	161	122	42
Viana do Alentejo	1.061	239	358	244	169	51
Aguiar	320	50	91	92	67	20

FONTE: INE, Censos 2011

Os **núcleos familiares monoparentais (231)** representam 13,3% do total de núcleos familiares existentes no concelho (1 735). Importa referir a dimensão da monoparentalidade neste documento, na medida em que é geralmente reconhecido que estas são famílias tendencialmente mais expostas aos riscos da pobreza e exclusão social. Verifica-se, ainda, que a grande maioria destas famílias (82,3%) é constituída por mãe com filhos, sendo de ter em consideração o facto de, destes 190 núcleos, 42 serem compostos por mulheres com 65 ou mais anos. Sublinha-se, igualmente, que na maioria dos núcleos monoparentais (51,5%) o elemento adulto não possui mais que o 2º ciclo do ensino básico.

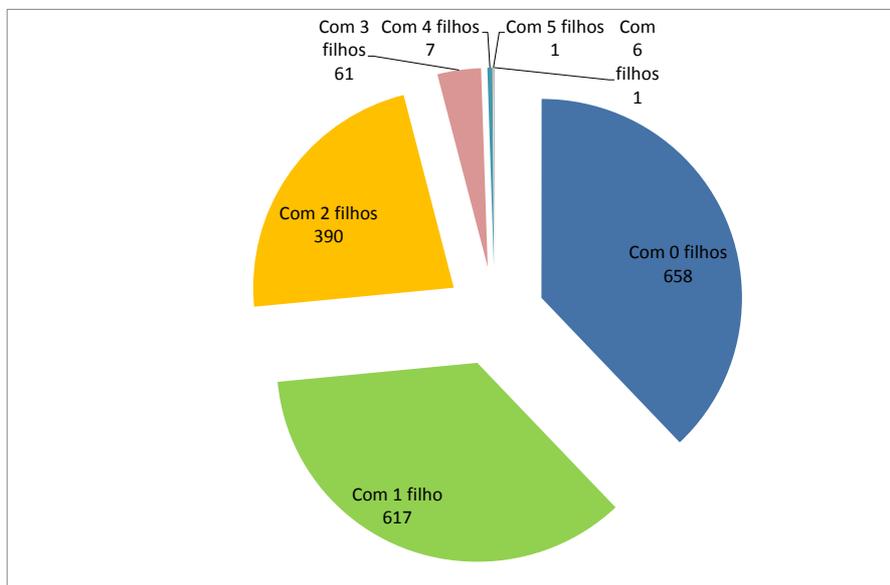
Quadro 05 – Núcleos familiares monoparentais (2011) (Nº)

Zona Geográfica	Nível de escolaridade do pai ou mãe							
	Total	Sem nível de escolaridade	Básico - 1º ciclo	Básico - 2º ciclo	Básico - 3º ciclo	Secundário	Pós-secundário	Ensino superior
Alentejo	30841	4166	8855	2802	5251	5583	191	3993
Alentejo Central	6516	805	1831	604	1059	1195	39	983
Viana do Alentejo	231	30	72	17	46	45	2	19
Pai com filhos	41	7	16	7	5	5	1	0
Menos de 20 anos	0	0	0	0	0	0	0	0
20 - 24 anos	0	0	0	0	0	0	0	0
25 - 29 anos	0	0	0	0	0	0	0	0
30 - 34 anos	0	0	0	0	0	0	0	0
35 - 39 anos	9	0	3	3	2	0	1	0
40 - 44 anos	4	0	2	1	0	1	0	0
45 - 49 anos	6	0	2	2	0	2	0	0
50 - 54 anos	7	1	2	1	2	1	0	0
55 - 59 anos	1	1	0	0	0	0	0	0
60 - 64 anos	2	0	1	0	0	1	0	0
65 ou mais anos	12	5	6	0	1	0	0	0
Mãe com filhos	190	23	56	10	41	40	1	19
Menos de 20 anos	0	0	0	0	0	0	0	0
20 - 24 anos	5	0	0	1	3	1	0	0
25 - 29 anos	8	0	0	0	5	2	0	1
30 - 34 anos	18	0	1	1	5	8	1	2
35 - 39 anos	19	0	1	0	5	11	0	2
40 - 44 anos	31	0	4	2	12	6	0	7
45 - 49 anos	24	0	5	2	6	8	0	3
50 - 54 anos	16	0	5	3	2	4	0	2
55 - 59 anos	15	2	10	1	1	0	0	1
60 - 64 anos	12	2	9	0	0	0	0	1
65 ou mais anos	42	19	21	0	2	0	0	0

FONTE: INE, Censos 2011

O fenómeno das “famílias numerosas”, considerado neste caso como núcleos familiares com 5 ou mais filhos, não tem expressão no concelho de Viana do Alentejo, na medida em que **a maioria dos núcleos familiares tem até 2 filhos**. Aliás, 658 núcleos não têm qualquer filho (37,9%).

Figura 01 – Núcleos familiares, segundo o número de filhos (2011) (Nº)



FONTE: INE, Censos 2011

ii. Qualificações e mercado de trabalho

No que diz respeito ao nível de escolaridade da população do concelho de Viana do Alentejo, verifica-se que ainda existe um número significativo de pessoas com baixos níveis de escolaridade. De facto, e tendo em consideração os dados constantes no documento *Observação das Dinâmicas Regionais - Políticas Públicas para os Territórios de Baixa Densidade*, em 2011, **26% de população residente no concelho não tem qualquer nível de instrução, 55% tem como nível de instrução mais elevado completo o ensino básico**, 12% o ensino secundário, 1% o ensino pós-secundário e 6% o ensino superior.

Quadro 06 – População residente, por nível de escolaridade mais elevado completo e freguesia (2011) (Nº)

Local de residência	Nível de escolaridade mais elevado completo													
	Nenhum		Básico - 1º ciclo		Básico - 2º ciclo		Básico - 3º ciclo		Secundário		Pós-secundário		Superior	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Alentejo	174.122	74.782	200.036	101.207	93.621	53.219	119.369	63.265	93.884	44.412	8.454	4.831	67.704	25.044
Alentejo Central	37.391	16.265	43.186	21.404	20.662	11.759	25.219	13.333	21.847	10.145	1.837	1.061	16.660	6.262
Viana do Alentejo	1.502	643	1.501	775	785	468	882	457	690	295	40	20	343	121
Alcáçovas	556	247	619	322	298	184	285	142	224	96	14	8	115	41
Viana do Alentejo	703	283	686	348	388	229	431	224	354	148	17	8	163	58
Aguiar	243	113	196	105	99	55	166	91	112	51	9	4	65	22

FONTE: INE, Censos 2011

Segundo o INE, a **taxa de analfabetismo** no concelho é, em 2011, de **12,39%** sendo que é na freguesia de Alcáçovas onde esta taxa atinge o seu valor máximo – 13,15%. Sublinha-se o facto de esta taxa ser superior à da região do Alentejo e da sub-região Alentejo Central, com 9,57% e 9,26%, respetivamente.

Quadro 07 – Analfabetismo, por freguesia (2011) (Nº e %)

Zona Geográfica	População		Analfabetos com 10 ou mais anos		Taxa de analfabetismo
	HM	H	HM	H	
Alentejo	757.302	366.739	66.103	23.822	9,57
Alentejo Central	166.822	80.222	14.126	5.333	9,26
Viana do Alentejo	5.743	2.780	645	251	12,39
Alcáçovas	2.111	1.040	254	106	13,15
Viana do Alentejo	2.742	1.299	302	107	12,13
Aguiar	890	441	89	38	11,35

FONTA: INE, Censos 2011

Em termos de mercado de trabalho, a **maior parte da população está empregada** – 2 362 pessoas – sobretudo na qualidade de trabalhadores por conta de outrem (1 939, ou seja, 82,1%). Da população empregada, 1 388 pessoas são do sexo masculino e 974 são do sexo feminino.

Quadro 08 – População residente com atividade económica, empregada, por sexo e situação na profissão (2011) (Nº)

Zona Geográfica	Total	População empregada, segundo a situação na profissão							
		Total	Patrão/Empregador	Trabalhador por conta própria ou isolado	Trabalhador Familiar não remunerado	Trabalhador por conta de outrem	Membro activo de cooperativa de produção	Outra situação	
Viana do Alentejo	HM	2.614	2.362	200	178	14	1.939	1	30
	H	1.388	1.271	131	106	6	1.012	1	15
15 - 19 anos	HM	22	15	0	0	0	14	1	0
	H	11	8	0	0	0	7	1	0
20 - 24 anos	HM	203	154	2	1	0	146	0	5
	H	114	91	2	1	0	85	0	3
25 - 29 anos	HM	290	257	11	7	1	233	0	5
	H	165	150	8	4	1	135	0	2
30 - 34 anos	HM	333	300	21	13	1	265	0	0
	H	158	145	12	5	1	127	0	0
35 - 39 anos	HM	376	345	22	21	1	291	0	10
	H	189	178	15	13	1	145	0	4
40 - 44 anos	HM	345	311	32	29	0	246	0	4
	H	168	150	18	16	0	113	0	3
45 - 49 anos	HM	374	353	34	26	2	289	0	2
	H	189	179	20	17	0	141	0	1
50 - 54 anos	HM	311	289	31	34	6	216	0	2
	H	185	175	22	24	1	127	0	1
55 - 59 anos	HM	199	185	19	16	1	148	0	1
	H	122	113	17	5	1	89	0	1
60 - 64 anos	HM	106	98	11	16	0	71	0	0
	H	55	50	6	9	0	35	0	0
65 - 69 anos	HM	31	31	6	7	1	17	0	0
	H	13	13	2	5	1	5	0	0
70 - 74 anos	HM	17	17	11	3	1	2	0	0
	H	13	13	9	2	0	2	0	0
75 ou mais anos	HM	7	7	0	5	0	1	0	1
	H	6	6	0	5	0	1	0	0

FONTA: INE, Censos 2011

Em termos de ramos de atividade económica, **a população do concelho trabalhadora (1 939) por conta outrem está sobretudo empregada na:** i) **Administração pública** em geral, económica e social (223 – 11,5%); ii) **Construção** de edifícios (residenciais e não residenciais) (166 – 8,6%); iii) **Culturas temporárias** (123 – 6,3%); iv) **Atividades de apoio social** para pessoas idosas e com deficiência, com alojamento (114 – 5,9%). Os demais ramos de atividade apresentam proporções inferiores a 4%.

Em matéria de desemprego, **a taxa de desemprego no concelho é de 9,64%** sendo que esta é mais elevada nas mulheres que nos homens, tanto no concelho como em todas as freguesias. Ainda assim, é um valor que permanece abaixo das taxas registadas para o Alentejo (12,83%) e para o Alentejo Central (11,19%).

Em termo de freguesia, é Viana do Alentejo aquela que regista um valor mais elevado, superior ao do concelho; em sentido contrário, surge Alcáçovas com a taxa de desemprego mais baixa das 3 freguesias.

Quadro 09 – Taxa de desemprego, por sexo e freguesia (2011) (%)

Local de residência	Taxa de desemprego (%)		
	HM	H	M
Alentejo	12,83	11,92	13,86
Alentejo Central	11,19	10,41	12,05
Viana do Alentejo	9,64	8,43	11,01
Alcáçovas	8,17	6,98	9,55
Viana do Alentejo	11,08	10,32	11,93
Aguiar	8,69	6,35	11,36

FONTE: INE, Censos 2011

Em termos de valores absolutos, o concelho de Viana do Alentejo regista um **total de população desempregada de 252 pessoas**, 117 das quais do sexo masculino e 135 do sexo feminino. A distribuição das pessoas em situação de desemprego, segundo a variável “Condição de procura de emprego”, permite concluir que a maioria (79,8%) está à procura de novo emprego, e “apenas” 20,2% está à procura do primeiro emprego. Em qualquer uma das situações, existe sempre uma preponderância de elementos do sexo feminino.

Quadro 10 – População desempregada, por freguesia, condição de procura de emprego e sexo (2011) (Nº)

Local de residência	População desempregada								
	Total			Procura do 1º emprego			Procura de novo emprego		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Alentejo	43.963	21.640	22.323	7.204	3.282	3.922	36.759	18.358	18.401
Alentejo Central	8.571	4.162	4.409	1.516	700	816	7.055	3.462	3.593
Viana do Alentejo	252	117	135	51	22	29	201	95	106
Alcáçovas	74	34	40	14	7	7	60	27	33
Viana do Alentejo	137	67	70	32	15	17	105	52	53
Aguiar	41	16	25	5	0	5	36	16	20

FONTE: INE, Censos 2011

Segundo os dados do **IEFP**, no final do mês de abril de 2013 existiam no concelho de Viana do Alentejo, **331 desempregados** inscritos nos seus ficheiros, 163 dos quais homens (49,2%) e 168 mulheres (50,8%). Do total de inscritos, 204 estão nos ficheiros há menos de 1 ano, e os restantes 127 há 1 ano e mais, sendo que a grande maioria dos inscritos (293) estão à procura de novo emprego e apenas 38 pessoas à procura do primeiro emprego.

Em termos de grupo etário, regista-se uma preponderância de pessoas com idades compreendidas entre os 35 e 54 anos (167), seguido do grupo etário 25-34 anos (81), do grupo etário 55 e mais anos (34) e, por último, do grupo etário com menos de 25 anos (49).

Em matéria de qualificações escolares, os 331 desempregados inscritos detêm essencialmente os níveis secundário (83), seguidos dos que possuem o 1º CEB (68), o 3º CEB (61), o 2º CEB (52) e o ensino superior (39). Apenas 28 desempregados possuem menos que o 1º CEB.

Em abril registaram-se 24 novas inscrições (16 homens e 8 mulheres), sendo os principais motivos de desemprego o despedimento (8 pessoas) e o fim de trabalho não permanente (7 pessoas).

Uma última referência, para o facto de o **ganho médio mensal** da população residente no concelho ser, à data de 2009, manifestamente inferior ao da região do Alentejo (921,1€) e da sub-região do Alentejo Central (877,9€). Ainda assim, regista-se um crescimento sistemático deste valor (em linha com o que acontece para a região), tendo o mesmo atingido os 775€ no último ano para o qual o INE disponibiliza dados.

Quadro 11 – Ganho médio mensal (204-2009) (€)

Zona Geográfica	Ganho médio mensal					
	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Alentejo	921,1	897,8	862,9	831,8	806,5	780,4
Alentejo Central	877,9	861,0	832,3	810,0	786,4	763,4
Viana do Alentejo	775,0	741,4	707,9	685,6	659,6	668,7

FONTE: INE

iii. Habitação

Em matéria de habitação, existiam em 2011, segundo o Instituto Nacional de Estatística, no concelho de Viana do Alentejo **3 446 edifícios**, a maioria dos quais localizados nas freguesias de Viana do Alentejo (45,27%, ou seja, 1 560 edifícios) e de Alcáçovas (42,46%, ou seja, 1 463 edifícios).

Em termos de época de construção, verifica-se alguma dispersão. Não obstante, foram as **décadas de 70 e 80 aquelas que registaram uma maior intensidade de construção**, ainda que não significativamente longe de outras décadas.

Quadro 12 – Edifícios, por época de construção e freguesia (2011) (Nº)

Zona Geográfica	Época de construção										
	Total	antes de 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-1995	1996 - 2000	2001-2005	2006-2011
Viana do Alentejo	3.446	254	377	440	351	409	485	278	343	357	152
Alcáçovas	1.463	19	88	148	214	210	206	173	202	117	86
Viana do Alentejo	1.560	215	256	234	95	142	236	86	113	146	37
Aguiar	423	20	33	58	42	57	43	19	28	94	29

FONTE: INE, Censos 2011

Uma análise dos edifícios em matéria de **necessidades de reparação** permite concluir que **a maioria dos edifícios não regista problemas relevantes**. No entanto, sublinha-se que 178 edifícios têm problemas grandes ou muito grandes na cobertura; 173 registam necessidades de grande ou muito grande de intervenção na estrutura; e 183 revelam necessidades de grande ou muito grande intervenção nas paredes e caixilharia exteriores.

Quadro 13 – Edifícios, por necessidades de reparação (2011) (Nº)

Zona Geográfica	Época de construção										
	Total	Antes de 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-1995	1996 - 2000	2001-2005	2006-2011
Viana do Alentejo	3.446	254	377	440	351	409	485	278	343	357	152
Na cobertura	3.446	254	377	440	351	409	485	278	343	357	152
Nenhumas	2.617	87	177	309	242	308	419	246	326	355	148
Pequenas	438	63	103	77	61	46	43	28	14	1	2
Médias	213	29	54	26	29	44	22	4	3	1	1
Grandes	104	32	25	19	16	11	1	0	0	0	0
Muito grandes	74	43	18	9	3	0	0	0	0	0	1
Na estrutura	3.446	254	377	440	351	409	485	278	343	357	152
Nenhumas	2.632	84	180	305	247	314	423	255	327	352	145
Pequenas	450	70	103	84	55	52	46	19	14	3	4
Médias	191	29	51	26	31	31	14	3	2	2	2
Grandes	106	33	27	16	16	11	2	1	0	0	0
Muito grandes	67	38	16	9	2	1	0	0	0	0	1
Nas paredes e caixilharia exteriores	3.446	254	377	440	351	409	485	278	343	357	152
Nenhumas	2.554	89	180	301	230	293	405	248	319	345	144
Pequenas	486	56	94	80	64	66	64	26	21	10	5
Médias	223	34	59	34	38	34	14	3	3	2	2
Grandes	115	37	28	16	17	14	2	1	0	0	0
Muito grandes	68	38	16	9	2	2	0	0	0	0	1

FONTE: INE, Censos 2011

Considerando agora os **alojamentos familiares**, ocupados como residência habitual, estruturas relevantes para o contexto de análise do presente diagnóstico social, regista-se um total de **2 080 unidades**, maioritariamente sinalizados nas freguesias de Viana do Alentejo (47,16%, ou seja, 981 alojamentos) e Alcáçovas (38,13%, ou seja, 793 alojamentos).

O número de alojamentos sem instalações “básicas” é residual, não constituindo este um problema em si mesmo.

Quadro 14 – Alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, por instalações existentes e freguesia (2011) (Nº)

Zona Geográfica	Retrete, água e sistema de aquecimento		Apenas retrete e água		Apenas retrete e sistema de aquecimento	Apenas água e sistema de aquecimento	Apenas retrete	Apenas água	Apenas sistema de aquecimento	Sem instalações
	Com banho	Sem banho	Com banho	Sem banho						
Viana do Alentejo										
Alojamentos	2.080	15	86	1	4	0	0	1	4	2
Famílias Clássicas	2.099	15	86	1	4	0	0	1	4	2
Pessoas Residentes	5.285	35	168	1	5	0	0	2	7	9
Alcáçovas										
Alojamentos	793	6	23	0	3	0	0	1	2	2
Famílias Clássicas	796	6	23	0	3	0	0	1	2	2
Pessoas Residentes	1.925	12	46	0	4	0	0	2	3	9
Viana do Alentejo										
Alojamentos	981	8	54	1	1	0	0	0	2	0
Famílias Clássicas	993	8	54	1	1	0	0	0	2	0
Pessoas Residentes	2.500	22	102	1	1	0	0	0	4	0
Aguiar										
Alojamentos	306	1	9	0	0	0	0	0	0	0
Famílias Clássicas	310	1	9	0	0	0	0	0	0	0
Pessoas Residentes	860	1	20	0	0	0	0	0	0	0

FONTE: INE, Censos 2011

Uma última nota para o índice de lotação dos alojamentos familiares clássicos, sendo relevante o peso das situações de **sublotação dos alojamentos**. De facto, verificam-se no concelho de Viana do Alentejo, 535 alojamentos com 3 ou mais divisões excedentes; 473 alojamentos com 2 divisões excedentes e 635 alojamentos com 1 divisão excedente, perfazendo um total de 1 643 alojamentos sublotados (cerca de 75% do total).

Quadro 15 – Índice de lotação dos alojamentos familiares clássicos, ocupados como residência habitual (2011) (Nº)

Zona Geográfica	Índice de lotação							
	Total	Alojamentos sublotados			Normal	Alojamentos sobrelotados		
		Nº de divisões excedentes				Nº de divisões em falta		
		3 divisões ou +	2 divisões	1 divisão		1 divisão	2 divisões	3 divisões ou +
Viana do Alentejo	2.191	535	473	635	354	156	35	3
Alcáçovas	829	197	181	233	137	60	21	0
Viana do Alentejo	1.046	281	223	295	164	71	9	3
Aguiar	316	57	69	107	53	25	5	0

FONTE: INE, Censos 2011

iv. Crianças e jovens

De acordo com os dados do Censos 2011, o concelho de Viana do Alentejo apresenta **823 residentes com menos de 15 anos**, o que revela uma tendência para a manutenção do número de pessoas com estas idades, pois em 2001, os valores absolutos registados para esta população eram de 831 indivíduos. A maioria (46,9%: 386) dos atuais residentes neste escalão etário vive na freguesia de Viana do Alentejo; os restantes 35,12% vivem em Alcáçovas (289 indivíduos) e 17,98% em Aguiar (148 indivíduos).

Quando se analisa esta população ventilada pela variável sexo, conclui-se que **existe um equilíbrio entre sexos**, com 50,55% de meninos e 49,45% de meninas.

Quadro 16 – População residente com menos de 15 anos, por freguesia (2011) (Nº)

Zona Geográfica	Total	Menos de 10 anos	Com 10 anos	Com 11 anos	Com 12 anos	Com 13 anos	Com 14 anos
Viana do Alentejo HM	5.743	538	63	49	64	61	48
H	2.780	264	36	24	36	28	28
Alcáçovas HM	2.111	180	22	16	29	25	17
H	1.040	87	14	7	17	15	13
Viana do Alentejo HM	2.742	252	36	24	26	28	20
H	1.299	125	17	14	15	10	9
Aguiar HM	890	106	5	9	9	8	11
H	441	52	5	3	4	3	6

FONTE: INE, Censos 2011

Ainda relativamente aos índices de dependência destaca-se o facto de a **tendência** no concelho ser **para a diminuição do índice de dependência dos jovens**, o que está em linha com a dinâmica da sub-região do Alentejo Central e da própria região do Alentejo, ainda que com ritmos diferenciados.

Quadro 17 – Índice de dependência de jovens (2001 e 2011) (Nº)

Local de residência	Índice de dependência de jovens		
	Período de referência dos dados		
	2012	2011	2001
Alentejo	21,60	21,70	21,80
Alentejo Central	20,90	21,10	22,20
Viana do Alentejo	22,20	23,50	24,50

FONTE: INE, Estimativas Anuais da População Residente

Uma referência para as respostas sociais típicas disponíveis para esta população. Segundo a Carta Social (www.cartasocial.pt) existem no concelho 60 vagas com acordo com a Segurança Social na valência de creche. Segundo a informação constante do roteiro das escolas (www.roteiro.min-edu.pt) existiam no ano letivo 2006-2007, pelo menos 95 alunos em pré-escolar (50 na Escola Básica de Alcáçovas, 24 no Jardim de Infância de Aguiar, 21 no Jardim de Infância de Viana do Alentejo). O Jardim Infantil do Centro

do Imaculado Coração de Maria também disponibiliza vagas de pré-escolar, 69 vagas de pré-escolar em 2013, para além das 28 vagas na resposta social de creche.

v. Idosos

Viana do Alentejo registava, para o ano de 2011, um total de **população residente, com 65 e mais anos, de 1 467 pessoas**, a maioria das quais residentes na freguesia de Viana do Alentejo (48,13%, ou seja, 706 pessoas); os restantes 616 idosos (41,99%) residem na freguesia de Alcáçovas e 145 idosos em Aguiar (9,88%). A variação global do número de pessoas idosas no período intercensitário é residual, com um acréscimo de 66 pessoas com idades iguais ou superiores a 65 anos face a 2001 (+4,71%).

Da análise da distribuição desta população por sexo resulta que **a maioria das pessoas com 65 e mais anos residentes em Viana do Alentejo são do sexo feminino**, sendo que em 2011 o número ascendia a 843 mulheres idosas (57,46% do total). O número de homens idosos cifrava-se nos 624 indivíduos, o que representa uma proporção de 42,54% face ao total. Esta relação entre o peso de homens e mulheres mantém-se inalterada para todas as freguesias do concelho.

Quadro 18 – População residente com 65 e mais anos, por freguesia (2011) (Nº)

Zona Geográfica		Total	De 65 a 69 anos	De 70 a 74 anos	De 75 ou mais anos
Viana do Alentejo	HM	5.743	298	341	828
	H	2.780	117	156	351
Alcáçovas	HM	2.111	129	133	354
	H	1.040	56	60	150
Viana do Alentejo	HM	2.742	146	166	394
	H	1.299	53	79	163
Aguiar	HM	890	23	42	80
	H	441	8	17	38

FONTE: INE, Censos 2011

Em matéria de índices demográficos relevantes, sublinha-se que, para o ano de 2011 e tal como foi sinalizado neste documento:

- ✓ O **índice de envelhecimento** (relação entre número de idosos e a população jovem) é de 178,7, sendo que o valor mais elevado em termos territoriais se verifica na freguesia de Alcáçovas, onde por cada 100 jovens existem 214,2 idosos;
- ✓ O **índice de dependência dos idosos** (relação entre número de idosos e a população ativa) é de 42,7, sendo que o valor mais elevado em termos territoriais se verifica, novamente, na freguesia de Alcáçovas, onde por cada 100 pessoas em idade ativa existem 51,5 idosos;

- ✓ O **índice de longevidade** (relação entre a população mais idosa e a população idosa) é de 56,44 pessoas, sendo que o valor mais elevado em termos territoriais se verifica, mais uma vez, na freguesia de Alcáçovas, onde por cada 100 pessoas com 65 ou mais anos existem 57,47 pessoas com 75 ou mais anos.

Em matéria de situação familiar, sublinha-se que **922 idosos (ou seja, 62,86%) vivem sós ou com outros do mesmo grupo etário**. Ressalva-se, igualmente, e considerando agora a questão dos **alojamentos familiares**, que do total de 3 570 alojamentos, **607 (17%) só têm pessoas com 65 ou mais anos** e 295 (8,26%) têm 1 pessoa com 65 ou mais anos.

Sublinha-se este tema pelo impacto que pode ter ao nível da solidão e/ou do isolamento das pessoas idosas, uma das áreas de forte preocupação dos parceiros do Conselho Local de Ação Social de Viana do Alentejo.

Quadro 19 – Alojamentos familiares de residência habitual e cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos de idade, segundo o número de residentes (2011) (Nº)

Local de residência	População residente	População residente total com 65 ou mais anos	Total de indivíduos com 65 ou mais anos vivendo sós ou com outros do mesmo grupo etário	Total de alojamentos familiares	Total de alojamentos familiares só com pessoas com 65 ou mais anos	Alojamentos com 1 pessoa com 65 ou mais anos
Alentejo	757.302	182.988	119.835	470.284	79.562	40.192
Alentejo Central	166.822	40.767	27.343	98.068	18.070	8.970
Viana do Alentejo	5.743	1.467	922	3.570	607	295
Alcáçovas	2.111	616	380	1.520	257	134
Viana do Alentejo	2.742	706	442	1.626	286	132
Aguiar	890	145	100	424	64	29

FONTE: INE, Censos 2011

Quadro 20 – Famílias clássicas segundo o número de pessoas com 65 ou mais anos, por dimensão da família (2011) (Nº)

Zona Geográfica	Famílias clássicas com pessoas com 65 ou mais anos					
	Dimensão da família	Total	Nenhuma pessoa	1 pessoa	2 pessoas	3 ou mais pessoas
Viana do Alentejo		2.214	1.340	499	372	3
Com 1 pessoa		497	200	297	0	0
Com 2 pessoas		749	321	116	312	0
Com 3 pessoas		497	413	42	39	3
Com 4 pessoas		358	329	20	9	0
Com 5 pessoas		87	58	20	9	0
Com 6 pessoas		20	13	4	3	0
Com 7 pessoas		4	4	0	0	0
Com 8 pessoas		1	1	0	0	0
Com 9 ou mais pessoas		1	1	0	0	0
Total de Pessoas nas Famílias		5.518	3.810	859	840	9
Alcáçovas		833	470	215	148	0
Com 1 pessoa		208	74	134	0	0
Com 2 pessoas		300	123	52	125	0
Com 3 pessoas		161	128	18	15	0
Com 4 pessoas		122	114	4	4	0
Com 5 pessoas		33	25	6	2	0
Com 6 pessoas		7	4	1	2	0
Com 7 pessoas		1	1	0	0	0
Com 8 pessoas		1	1	0	0	0
Com 9 ou mais pessoas		0	0	0	0	0
Total de Pessoas nas Famílias		2.001	1.324	344	333	0
Viana do Alentejo		1.061	640	239	180	2
Com 1 pessoa		239	105	134	0	0
Com 2 pessoas		358	150	55	153	0
Com 3 pessoas		244	204	21	17	2
Com 4 pessoas		169	152	13	4	0
Com 5 pessoas		39	21	13	5	0
Com 6 pessoas		8	4	3	1	0
Com 7 pessoas		3	3	0	0	0
Com 8 pessoas		0	0	0	0	0
Com 9 ou mais pessoas		1	1	0	0	0
Total de Pessoas nas Famílias		2.636	1.784	442	404	6
Aguiar		320	230	45	44	1
Com 1 pessoa		50	21	29	0	0
Com 2 pessoas		91	48	9	34	0
Com 3 pessoas		92	81	3	7	1
Com 4 pessoas		67	63	3	1	0
Com 5 pessoas		15	12	1	2	0
Com 6 pessoas		5	5	0	0	0
Com 7 pessoas		0	0	0	0	0
Com 8 pessoas		0	0	0	0	0
Com 9 ou mais pessoas		0	0	0	0	0
Total de Pessoas nas Famílias		881	702	73	103	3

FONTE: INE, Censos 2011

Ainda em matéria de idosos, importa sublinhar as respostas disponibilizadas pela Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo, que disponibiliza:

- i) 90 lugares na resposta social de Lar de Idosos;
- ii) 25 lugares na resposta social Serviço de Apoio Domiciliário;
- iii) 33 lugares na resposta social Centro de Dia;
- iv) 35 lugares na resposta social Cantina Social (não exclusivamente para a 3ª idade)

A Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo regista ainda como respostas sociais a Ajuda Alimentar a Carenciados e o Atendimento/Acompanhamento Social.

vi. Pessoas com deficiências ou incapacidades

No que diz respeito às pessoas com deficiências ou incapacidades, grupo populacional com vulnerabilidades claras de mobilidade, acesso aos serviços e ao emprego, regista-se um total de **1 318 pessoas com pelo menos uma dificuldade, a maioria das quais do sexo feminino** (793 mulheres, ou seja, 60,17% do total). O número de homens com pelo menos uma dificuldade cifra-se nos 525 indivíduos, o que representa um peso de 39,83%.

A análise deste grupo por faixa etária permite concluir que são, de facto, **os idosos (998 pessoas, ou seja, 75,72%) aqueles que registam mais dificuldades**, fruto naturalmente da própria condição de idoso e da perda associada de capacidades motoras e psíquicas.

Quadro 21 – População residente com 5 ou mais anos segundo o tipo de dificuldade e sexo, por grau de dificuldade sentido e por freguesia (2011) (Nº)

Zona geográfica	Ver		Ouvir		Andar ou subir degraus		Memória ou concentração		Tomar banho ou vestir-se sozinho		Compreender os outros ou fazer-se compreender	
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Viana do Alentejo												
Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação	4.701	2.372	5.013	2.448	4.719	2.389	4.994	2.469	5.077	2.494	5.164	2.515
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	774	270	458	194	709	239	436	156	307	112	286	117
Não consegue efetuar a ação	23	13	27	13	70	27	68	30	114	49	48	23
Alcáçovas												
Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação	1.726	898	1.851	922	1.717	897	1.843	927	1.874	938	1.909	953
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	297	100	169	76	289	96	158	63	112	43	100	40
Não consegue efetuar a ação	9	4	12	4	26	9	31	12	46	21	23	9
Viana do Alentejo												
Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação	2.223	1.092	2.379	1.141	2.242	1.109	2.369	1.148	2.412	1.161	2.454	1.164
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	398	140	240	92	354	118	230	77	165	60	159	66
Não consegue efetuar a ação	9	6	11	5	34	11	31	13	53	17	17	8
Aguiar												
Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação	752	382	783	385	760	383	782	394	791	395	801	398
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	79	30	49	26	66	25	48	16	30	9	27	11
Não consegue efetuar a ação	5	3	4	4	10	7	6	5	15	11	8	6

FONTE: INE, Censos 2011

No que se prende com a tipologia de dificuldades registadas, são as **dificuldades de tomar banho ou vestir-se sozinho (114), de andar ou subir degraus (70) e de memória ou concentração (68)** aquelas que registam um maior número de pessoas que não conseguem efetuar a ação.

As ações em que as pessoas mais dificuldades têm em efetuar o ato, mas ainda assim conseguem realizá-lo, são maioritariamente a visão (774) e o andar ou subir degraus (709), seguidas das dificuldades de audição (458) e de memória ou concentração (436).

No que se reporta à condição perante a atividade económica, **a grande maioria da população com deficiências ou incapacidades encontra-se em situação de inatividade** (1 081, ou seja, 83,03%), sendo que destes, 970 indivíduos são reformados, aposentados ou estão na reserva.

Quadro 22 – População residente com pelo menos uma dificuldade com 5 ou mais anos segundo o tipo e grau de dificuldade sentido por grupo etário e sexo (2011) (Nº)

Zona geográfica		Total de pessoas c/ pelo menos uma dificuldade
Viana do Alentejo	HM	1.318
	H	525
5 - 9 anos	HM	9
	H	6
10 - 14 anos	HM	7
	H	6
15 - 19 anos	HM	13
	H	5
20 - 24 anos	HM	15
	H	8
25 - 29 anos	HM	17
	H	6
30 - 34 anos	HM	20
	H	13
35 - 39 anos	HM	21
	H	8
40 - 44 anos	HM	25
	H	9
45 - 49 anos	HM	61
	H	29
50 - 54 anos	HM	74
	H	34
55 - 59 anos	HM	58
	H	27
60 - 64 anos	HM	95
	H	33
65 - 69 anos	HM	116
	H	34
70 - 74 anos	HM	170
	H	69
75 - 79 anos	HM	209
	H	86
80 - 84 anos	HM	210
	H	83
85 - 89 anos	HM	133
	H	44
90 ou mais anos	HM	65
	H	25

FONTE: INE, Censos 2011

Quadro 23 – População residente com pelo menos uma dificuldade, por condição perante a atividade económica (2011) (Nº)

Zona geográfica	Total de pessoas c/ pelo menos uma dificuldade	Dificuldade em ver	Dificuldade em ouvir	Dificuldade em andar ou subir degraus	Dificuldade de memória ou concentração	Dificuldade em tomar banho ou vestir-se sozinho	Dificuldade em compreender os outros ou fazer-se
Condição perante a actividade económica	Tem muita dificuldade ou não consegue efetuar a acção						
Viana do Alentejo	1.302	790	482	777	498	417	331
População ativa	221	141	54	58	37	5	13
Empregados	194	120	52	51	34	4	13
Desempregados	27	21	2	7	3	1	0
População inativa	1.081	649	428	719	461	412	318
Estudantes	19	12	4	0	7	1	4
Domésticos	31	16	6	13	8	0	2
Reformados, aposentados ou na reserva	970	594	411	675	421	391	293
Incapacitados permanentes para o trabalho	38	17	7	18	16	14	13
Outros casos	23	10	0	13	9	6	6
Alcáçovas	535	303	180	314	186	157	121
População ativa	96	60	22	26	19	2	4
Empregados	87	55	21	22	18	1	4
Desempregados	9	5	1	4	1	1	0
População inativa	439	243	158	288	167	155	117
Estudantes	8	5	1	0	3	0	1
Domésticos	14	6	2	6	6	0	2
Reformados, aposentados ou na reserva	392	223	152	269	146	149	105
Incapacitados permanentes para o trabalho	14	5	3	7	7	3	6
Outros casos	11	4	0	6	5	3	3
Viana do Alentejo	613	405	249	387	258	215	175
População ativa	88	61	17	25	13	2	5
Empregados	75	49	16	22	12	2	5
Desempregados	13	12	1	3	1	0	0
População inativa	525	344	232	362	245	213	170
Estudantes	9	5	3	0	4	1	3
Domésticos	17	10	4	7	2	0	0
Reformados, aposentados ou na reserva	473	315	223	342	231	204	162
Incapacitados permanentes para o trabalho	16	9	2	7	4	5	3
Outros casos	10	5	0	6	4	3	2
Aguiar	154	82	53	76	54	45	35
População ativa	37	20	15	7	5	1	4
Empregados	32	16	15	7	4	1	4
Desempregados	5	4	0	0	1	0	0
População inativa	117	62	38	69	49	44	31
Estudantes	2	2	0	0	0	0	0
Domésticos	0	0	0	0	0	0	0
Reformados, aposentados ou na reserva	105	56	36	64	44	38	26
Incapacitados permanentes para o trabalho	8	3	2	4	5	6	4
Outros casos	2	1	0	1	0	0	1

FONTE: INE, Censos 2011

4. AS PRINCIPAIS ÁREAS DE CONSTRANGIMENTO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO

a. Educação e formação

A qualificação da população constitui um dos fatores chave para a promoção da coesão social, sendo mesmo o acesso à educação um dos direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição da República Portuguesa. De facto, a qualificação escolar e profissional constitui um dos pilares estruturantes da vida dos indivíduos em sociedade e uma condição básica para a sua inclusão social.

Nesta perspetiva, as infraestruturas de ensino e formação constituem espaços únicos, a partir dos quais se podem assinalar precocemente, prevenir e combater as situações de pobreza e de exclusão social. Mais, são espaços de cidadania e de promoção do desenvolvimento pleno dos indivíduos (ainda que não se substituam, naturalmente, a outros espaços de socialização, com os quais devem articular e estabelecer sinergias).

Porém, estas infraestruturas tendem, por vezes, a reproduzir no seu funcionamento regular as desigualdades económicas e sociais que a envolvem, sendo reflexo tradicional da incidência de níveis mais elevados de insucesso e abandono escolar precoce junto das crianças e jovens originárias de grupos sociais mais desfavorecidos. Nos últimos anos tem-se vindo a assistir à implementação de medidas para aumentar a democratização do ensino e diminuir as desigualdades socioeducativas. Entre essas medidas salientam-se os processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), os cursos de Formação e Educação de Adultos e as Formações Modulares. Acresce, ainda, o investimento feito junto de jovens em risco de abandono escolar (importa neste contexto ressaltar que mesmo em matéria de política europeia, o combate ao abandono escolar precoce constitui uma das prioridades da Estratégia Europa 2020), bem como os apoios destinados a famílias e alunos através da ação social escolar (e de programas específicos, dos quais são exemplo, os TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, o Programa Escolhas e, ainda, os CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social).

A par da educação básica, a componente de educação/formação consubstanciada na aquisição de qualificações profissionais iniciais reveste-se de um valor acrescido de possibilidades de trajetórias sociais ascendentes, de acesso e permanência no mercado de trabalho, com todas as consequências que esse facto acarreta em termos de melhoria de condições de vida das pessoas. A possibilidade de participação em ações de educação e formação ao longo da vida constitui, de igual modo, um fator chave essencial para os indivíduos com baixas qualificações, que estão inseridos no mercado de trabalho, ou que se encontram afastados por diversas razões.

Contudo, mesmo constituindo uma prioridade, os níveis de escolaridade da população portuguesa são significativamente baixos (como aliás já foi mencionado no presente documento). A esta situação estão associados dois principais fatores, por um lado, a elevada incidência de insucesso e abandono escolar e, por outro, a fraca participação dos trabalhadores de baixas qualificações em ações de formação profissional.

No concelho de Viana do Alentejo em concreto, e para além da sistematização de indicadores relevantes apresentada no capítulo anterior, os atores locais foram convidados a partilhar a sua perspetiva (análise qualitativa) sobre as principais dificuldades encontradas em matéria de educação e formação, tendo sido identificadas **9 vulnerabilidades**, ordenadas da forma que se segue pelos atores locais (da mais relevante para a menos).

1. **Défice de competências básicas (pessoais e sociais) por parte da população em geral.** Esta situação decorre, entre outros aspetos, de défices de formação cívica, bem como de fenómenos de desestruturação familiar. Associado a estes aspetos importa referir o facto se verificar, em alguns casos, um desinteresse por parte dos pais face aos percursos escolares dos filhos, não constituindo a valorização da aprendizagem um fator a considerar nos processos de socialização primária dos indivíduos.

O défice de competências básicas tem implicações diretas nas atitudes e comportamentos dos indivíduos, podendo mesmo ter como consequência (direta ou indireta) o incremento de fenómenos de indisciplina, delinquência, abandono e insucesso escolar e, ainda, comportamentos de risco.

Importa, nesta matéria, sublinhar os dados relativos à taxa de retenção e desistência no ensino básico (2010/2011) bem como à taxa de transição/conclusão no ensino secundário (2010/2011).

Quadro 24 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico e Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (2010/2011) (%)

Ciclo de ensino	Taxa de retenção e desistência no ensino básico	Taxa de transição/conclusão no ensino secundário
1º CEB	4,2	n. a.
2º CEB	6,2	n. a.
3º CEB	10,6	n. a.
Ensino Secundário (cursos gerais)	n. a.	76,9
Ensino Secundário (cursos vocacionais)	n. a.	74,5
TOTAL	6,7	76,1

FONTE: INE, Anuários Estatísticos Regionais 2011; MEC

Importa, igualmente, sublinhar os dados referentes ao número absoluto de alunos em situação de abandono escolar, retenções ou exclusões/anulações (2012/2013).

Quadro 25 – Alunos em situação de abandono, retenções ou exclusões/anulações (2012/2013) (Nº)

Ciclo de ensino	Abandono	Nº de alunos	Retenções	Anulações, Exclusões
1º CEB	0	221	9	0
2º CEB	1	142	21	0
3º CEB	0	190	37	0
Ensino Secundário	0	121	25	2
Ensino Profissional	0	44	0	15
TOTAL	1	718	92	17

FONTE: Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo

2. Associado ao referido no ponto anterior, surge como segundo constrangimento ao desenvolvimento concelhio a [desresponsabilização das famílias enquanto educadores/formadores](#), fruto, num primeiro momento, da vulnerabilidade e desestruturação das próprias estruturas familiares. Como consequência direta deste fenómeno emerge a falta de reconhecimento da autoridade dos docentes e não docentes (por parte de alunos e familiares).
3. [Desvalorização da formação profissional](#). A formação profissional constitui uma possibilidade de qualificação (escolar e profissional) dos indivíduos que tem assumido nos anos mais recentes uma importância crescente em termos de política pública. Não obstante, o desajustamento entre a oferta formativa e as necessidades do tecido produtivo e, ainda, as expectativas dos potenciais formandos, bem como a qualidade algo deficitária de alguns cursos (ou ações) de formação profissional, constituem as principais causas da fraca mobilização da população local para esta possibilidade. Sublinha-se, igualmente, o estigma social ainda associada a esta opção, sendo a mesma entendida, por algumas faixas da população, como uma solução secundária, face ao percurso regular de educação dos indivíduos.

A não aposta na formação profissional tem como consequência direta, entre outras, a manutenção ou crescimento de fenómenos de desemprego de longa duração.

4. A [instabilidade das políticas educativas](#) constitui um fator que, não sendo endógeno ao território, constitui claramente uma ameaça à “boa” implementação das políticas a nível local, com alterações frequentes dos quadros estratégico e normativo.

As consequências são evidentes em matéria de desmotivação, desinvestimento e instabilidade dos profissionais e da comunidade educativa em geral, afetando o desempenho profissional e os resultados obtidos.

5. Naturalmente associado ao constrangimento anterior surge o [descrédito da educação](#), enquanto sistema e enquanto fator decisivo para a coesão social e competitividade do concelho e da sub-região em que está inserido, bem como enquanto fator decisivo para a inclusão social dos

indivíduos. As principais causas associadas a este descrédito decorrem da ausência de responsabilidade parental, bem como da alteração de valores e da pouca clarificação das “fronteiras” entre conceitos como “educação” e “instrução”.

Esta situação tem como consequência o abandono e insucesso escolar das crianças e jovens, o que resulta, no médio longo prazo, na manutenção de baixos níveis de qualificação da população, não a preparando para os desafios socioeconómicos do futuro.

Os parceiros locais elencaram, ainda, outros quatro problemas, ainda que em sede de priorização, todos tenham obtido uma pontuação nula, ou seja, não foram considerados prioritários para a intervenção social no concelho. Por este motivo, não serão aprofundados em sede de diagnóstico.

6. Desvalorização da educação

- ✓ *Causas:* Conjuntura económica desfavorável e desvalorização do mercado de trabalho (dificuldades na reinserção no mercado de trabalho).
- ✓ *Consequências:* Desmotivação dos alunos; Abandono, absentismo e insucesso escolares; Baixas qualificações da população.

7. Ausência de respostas diversificadas em formação

- ✓ *Causas:* Financiamentos e programas insuficientes (públicos, privados...); Processos insuficientes de orientação vocacional.
- ✓ *Consequências:* Migração de jovens para concelhos vizinhos; Baixas qualificações dos jovens e ausência/dificuldade de construir perspetivas profissionais de futuro.

8. Dificuldades na articulação dos instrumentos de educação não formal

- ✓ *Causas:* Participação comunitária insuficiente; Défice de articulação entre instituições.
- ✓ *Consequências:* Poucas oportunidades de crescimento pessoal.

9. Fraca concertação entre a educação e a economia

- ✓ *Causas:* Políticas públicas que não fomentam a "ligação" à comunidade; dificuldades financeiras e logísticas das instituições.
- ✓ *Consequências:* Aumento do desemprego qualificado; oferta desajustada às necessidades do mercado de trabalho.

A anterior enumeração de problemas resulta, como já foi referido mas que importa sublinhar, da aplicação de uma metodologia participativa que visou recolher as perceções dos atores locais, sendo que a sistematização apresentada traduz, exatamente, os resultados desse processo participativo.

Em matéria de [recursos de âmbito local](#), e que deverão necessariamente ser considerados no processo de elaboração do futuro Plano de Desenvolvimento Social de Viana do Alentejo, sublinha-se o trabalho desenvolvido pelas seguintes organizações:

Quadro 26 – Recursos locais na área da educação e formação (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Câmara Municipal de Viana do Alentejo	<p>✓ Ação Social Escolar (a Autarquia assume, anualmente, com os alunos, suas famílias e estabelecimentos escolares, um conjunto de compromissos que vão desde a atribuição de livros escolares até modalidades de apoio alimentar e de transporte. A Câmara Municipal de Viana do Alentejo atribui subsídios escolares aos alunos que frequentam os Jardim-de-infância e o 1º Ciclo do Ensino Básico, nas Escolas do Concelho.)</p> <p>Nesta matéria sublinha-se o aumento de crianças a usufruir de ação social escolar do ano letivo de 2011/2012 para 2012/2013 (de 135 alunos para 163 alunos no 1º CEB; de 33 alunos para 46 alunos no II)</p>
	<p>✓ Transportes Escolares (a Autarquia com intuito de assegurar o acesso das crianças e jovens à educação coloca à sua disposição diversas formas de transportes: i) Veículos de aluguer (táxis); ii) Transportes Públicos dentro do Concelho; iii) Pagamento de passes aos alunos, das três freguesias, que frequentam o Ensino Público em Évora.)</p>
	<p>✓ Programa Fruta Escolar (o Regime de Fruta Escolar pretende contribuir para a promoção de hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde e para a redução dos custos sociais e económicos associados a regimes alimentares menos saudáveis. A Autarquia garante a distribuição, pelos diversos estabelecimentos de ensino do Concelho, duas vezes por semana, ao longo do ano letivo, fruta aos alunos do 1º CEB, de forma gratuita. O Regime de Fruta Escolar prevê algumas medidas de acompanhamento que têm como objetivo promover e desenvolver, nas crianças, o hábito do consumo de fruta. As medidas de acompanhamento são desenvolvidas pelas escolas com os seus alunos. Em alguns casos integram a participação dos Encarregados de Educação nas mesmas.)</p>
	<p>✓ Oficina Aberta – uma janela para o futuro (espaço intergeracional no âmbito da educação não formal e no Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade Entre Gerações, com vista a cooperar com as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Nos tempos letivos funciona das 9h30 às 12h30 e das 14h30 às 18h30, verificando-se um alargamento do horário face ao existente anteriormente. Nas pausas letivas do Natal e da Páscoa, até ao final do mês de junho de cada ano civil, funciona das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30 com atividades intergeracionais. Durante o período letivo na parte tarde, a partir das 17h30 como complemento de horário a seguir às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) recebe as crianças condicionadas pelo horário de trabalho dos pais e encarregados de educação. Igualmente, também recebe a partir das 14h30 os seniores que tenham interesse na frequência das atividades do Polo de Viana do Alentejo da Escola Popular da Universidade de Évora/Universidade Sénior Túlio Espanca. À semelhança dos anos letivos anteriores, nos períodos da manhã, em tempo letivo, recebe grupos de crianças das escolas através de marcação. Neste projeto são desenvolvidas oficinas de: olaria, bordados e costura, culinária, colagens, pintura, feltro, confeção de flores de papel e jogos matemáticos, com o apoio pontual de uma voluntária do Banco Local de Voluntariado de Viana do Alentejo.)</p>
	<p>✓ Bibliovi@, Rede de Bibliotecas do Concelho de Viana do Alentejo (este projeto teve como objetivo, promover a intercomplementaridade das bibliotecas do concelho, de modo a possibilitar uma política comum de aquisições, uma política de cobertura concelhia, a dinamização das bibliotecas de forma a promover-se o desenvolvimento da leitura e das literacias. Um dos instrumentos da Bibliovi@ é o acesso aos catálogos das bibliotecas do concelho, <i>on line</i>, através do site http://rbcva.cm-vianadoalentejo.pt/)</p>
<p>✓ Polo em Viana do Alentejo da Universidade Sénior Túlio Espanca – Escola Popular da Universidade de Évora (USTE/EPUÉ) (a Autarquia dinamiza, em parceria com a Universidade de Évora, esta resposta para a comunidade sénior e no âmbito das aprendizagens não-formais. O projeto educativo desta</p>	

	<p>escola continuou a integrar atividades desenvolvidas pelo Município, como: i) Cinema dos Avós; ii) Clube de Saúde Sénior; iii) Informática Sénior; iv) Hidroginástica Sénior.)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º CEB ✓ Conselho Municipal de Educação ✓ Bolsas de Estudo para alunos do Ensino Superior (a Autarquia apoia os alunos que queiram dar continuidade aos seus estudos no Ensino Superior, proporcionando-lhes anualmente uma ajuda financeira. No ano letivo 2012/2013 foram diferidos 39 processos nomeadamente: i) 12 alunos a frequentar pela 1ª vez uma licenciatura; ii) 18 alunos a frequentarem anos subsequentes de uma licenciatura; iii) 9 alunos a frequentar mestrados ou mestrado integrado.) ✓ Projeto Aprender a Empreender (em 2012 foi realizado um conjunto de sessões de empreendedorismo levadas a cabo junto das cinco turmas das Escolas do Concelho (Escola de São João, Escola EBI/JI das Alcáçovas e Escola EB 2,3/S Dr. Isidoro de Sousa) que abrangeram o 1º, o 2º e o 9º ano de escolaridade, no âmbito do projeto de Empreendedorismo “Aprender a Empreender nas Escolas do Concelho de Viana do Alentejo”. Fruto de uma parceria entre a Junior Achievement Portugal, a Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado e o Município de Viana do Alentejo. Além das turmas, alunos e professores envolvidos, o projeto contou com a colaboração de cinco voluntários, tendo cada um a seu cargo a dinamização das sessões em regime de voluntariado na respetiva turma e a promoção das atividades de acordo com cada um dos temas. Os voluntários e professores receberam, antes do início das sessões em sala, formação ministrada pela Junior Achievement Portugal com o intuito de conhecerem os programas aplicados a cada ano de escolaridade, os materiais didáticos a serem utilizados e as metodologias a serem aplicadas.)
Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo; EBI/JI de Alcáçovas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ensino pré-escolar (94 alunos) ✓ 1º CEB (217 alunos) ✓ 2º CEB (139 alunos) ✓ 3º CEB (188 alunos) ✓ Ensino Secundário (143 alunos)
Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Creche (33 utentes) ✓ ATL (30 utentes)
Centro Social Paroquial de Alcáçovas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Creche ✓ ATL
Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aproveitando o seu manancial de experiência, o conhecimento do território onde atua e atendendo às características da região e da população, a Terras Dentro investe na formação para o empreendedorismo e desenvolve a sua atividade nas seguintes áreas de educação e formação: i) Formação de base; ii) Desenvolvimento pessoal; iii) Formação de formadores; iv) Comércio; v) Gestão e administração; vi) Ciências informáticas; vi) Indústrias alimentares. ✓ Para o ano de 2013 as modalidades de formação a desenvolver são: i) Formação Modular Certificada – contribuindo para colmatar percursos formativos incompletos, levando ao incremento das certificações escolares e profissionais, uma das grandes fragilidades detetadas na população ativa da região; ii) Ações não formais com carácter socioeducativo; iii) Formação à distância com base na plataforma moodle.
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desde abril de 2007 a março de 2013 foram instaurados 104 processos, 7 dos quais se mantêm ativos, ou seja, de momento existem 7 processos em atividade (5 na freguesia de Alcáçovas e 2 na freguesia de Viana do Alentejo). ✓ A principal problemática ou situação de risco é a exposição a comportamentos desviantes - violência doméstica, mas há outras como negligência e absentismo escolar.
Associação Terra Mãe	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Equipa de intervenção precoce do concelho (a organização disponibiliza esta resposta a crianças dos 0 aos 6 anos, através de: psicóloga, educadoras de infância, terapeuta da fala, assistente social, enfermeira e fisioterapeuta. De forma mais concreta, é prestado apoio ao nível de: i) atendimento e acompanhamento psicossocial; ii) apoio às escolas e comunidade) ✓ GASAL – Gabinete de Ação Social de Alcáçovas (a organização disponibiliza atendimento e acompanhamento psicossocial, mediação socio educativa, banco de apoio, banco local de voluntariado, animação socio educativa. Estas respostas são proporcionadas por uma assistente social e psicóloga clínica)
Centro de Formação de Évora	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cursos EFA nível básico em pintor da construção civil ✓ Cursos EFA nível secundário em técnico de manutenção industrial; técnico de instalações elétricas e técnico de eletrónica – automação e controlo

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cursos de aprendizagem em técnico de mecatrónica; técnico de mecatrónica auto; técnico de refrigeração e climatização e técnico de vendas ✓ Cursos de educação e formação de jovens em técnico de refrigeração e climatização e técnico de logística
CELF	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Curso Técnico de Vendas – Equivalência ao 12º Ano ✓ Modular 50 horas – Segurança e Higiene no Trabalho dirigido a Desempregados
CGTP	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Percurso Técnico Administrativo – 125 horas dirigido a Desempregados ✓ Percurso Técnico Administrativo – 150 horas dirigido a Desempregados

FONTE: Atores locais, 2013

Em termos de estabelecimentos de ensino públicos, existiam em 2013, **3 infraestruturas de pré-escolar (94 alunos)**, **3 de 1º CEB (221 alunos)**, **2 que ministravam os 2º e 3º CEB (142 alunos no 2º CEB e 190 alunos no 3º CEB)** e **1 infraestrutura de ensino secundário (121 alunos)**. Em termos de ensino **profissional**, o nº de alunos registados em 2013 era de **44 jovens**.

b. Emprego

O mercado de trabalho português tem sido fortemente afetado pelo contexto económico recessivo. A população ativa disponível para trabalhar (que inclui ativos empregados e desempregados) tem-se mantido estável, verificando-se movimentos inversos nos volumes de emprego e desemprego.

No emprego total registou-se um declínio considerável, tendo-se assistido, no espaço de três anos, a uma destruição líquida de 360 mil postos de trabalho. Inversamente, ao longo desse período o desemprego atingiu valores historicamente elevados. O número de desempregados à procura de emprego no 2º trimestre de 2012 ascende a 827 mil pessoas e corresponde a uma taxa de desemprego de 15%, o dobro da verificada em 2008. As previsões recentemente avançadas pelo Governo português deixam antever um agravamento desta situação, não se perspetivando uma forte dinâmica de criação de emprego no curto prazo que possa contribuir para contrariar e absorver este desemprego crescente.

Em termos de política pública, diversas iniciativas têm surgido e outras têm sido reforçadas, nomeadamente em matéria de políticas ativas de emprego e apoio à contratação. Não obstante, a não criação líquida de postos de trabalho tem impedido um impacto mais relevante de iniciativas como: os estágios profissionais, o apoio à contratação e inserção de desempregados (e.g. contratos inserção), iniciativas locais de emprego, etc.

No concelho de Viana do Alentejo:

- A **população residente ativa** em 2011 era de **2 614 pessoas**, 53,1% das quais do sexo masculino (1 388) e 46,9% do sexo feminino (1 226).
- A **população residente empregada** em 2011 era de **2 362 pessoas**, 53,8% das quais do sexo masculino (1 271) e 46,2% do sexo feminino (1 091). Da população empregada, 12,3% estava a trabalhar no setor primário (290 pessoas); 22,1% no secundário (522 pessoas); 65,6% no setor terciário (1 550 indivíduos, 807 dos quais a trabalhar em entidades de natureza social e 743 em entidades relacionadas com atividade económica).
- A **população desempregada** em 2011 era de **252 pessoas**, 46,4% das quais do sexo masculino (117) e 53,6% do sexo feminino (135). A maioria das pessoas desempregadas à data estava à procura de novo emprego (201), estando os restantes 51 indivíduos à procura do 1º emprego. A quase totalidade das pessoas desempregadas recebia subsídio de desemprego (238 pessoas), sendo mais expressivos os grupos etários 40-49 anos (32,4% dos beneficiários de subsídio de desemprego) e 40-54 anos (26,1% dos beneficiários de subsídio de desemprego).

Os atores locais foram convidados a partilhar a sua perspetiva sobre os constrangimentos locais e as principais dificuldades encontradas na implementação das medidas de incentivo ao emprego, tendo sido identificadas **8 vulnerabilidades**, ordenadas da forma que se segue pelos atores locais.

—

1. **Tecido empresarial fraco**, decorrente de um fraco empreendedorismo e associativismo o que por sua vez, está associado a questões do foro cultural (receio/incerteza de investir), mas também à burocracia nos processos de investimento (licenciamentos/justiça). A localização geográfica do concelho também constitui outro fator que dificulta o fortalecimento do tecido empresarial local.

Como consequências desta debilidade importa sinalizar a não criação de novos postos de trabalho e a destruição de alguns dos existentes (e.g. a título de exemplo refira-se o setor da construção civil), a migração de pessoas para outros territórios e o próprio fenómeno do desemprego.

2. A **fraca concertação entre o mercado de trabalho e a educação** foi identificada como um problema relevante, associado ao desajustamento dos currículos escolares (ensino superior e profissional) face às necessidades das entidades empregadoras e aos défices de comunicação entre os diferentes sectores, o que se traduz na dificuldade em definir uma estratégia integrada para a promoção da educação, formação e mercado de trabalho, o que seria naturalmente vantajoso e imprescindível para o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

Naturalmente que esta situação tem implicações diretas no desajustamento das qualificações da população às necessidades do mercado de trabalho e no aumento de desemprego jovem e qualificado.

3. **Precaridade dos vínculos laborais e das remunerações** surge como uma terceira prioridade de intervenção, sobre a qual os parceiros locais se pronunciaram, no sentido de identificar como principais causas deste fenómeno a ausência de responsabilidade social, a fiscalização insuficiente e, mais uma vez, a burocracia procedimental. Recorda-se a informação já disponibilizada neste documento acerca do ganho médio mensal da população residente no concelho (775€), que se situa em valores muito aquém dos registados na região do Alentejo (921,1€) e da sub-região do Alentejo Central (877,9€). Em termos de sexo, as mulheres (691,41€) obtêm um ganho médio mensal inferior aos homens (857,38€), o que agrava a sua situação económica. Em termos de setor de atividade, verifica-se uma forte disparidade entre os três setores, como se pode constatar através do quadro seguinte.

Quadro 27 – Ganho médio mensal por setor de atividade (2009) (€)

Ganho mensal	Setor de atividade		
	Primário	Secundário	Terciário
Médio (HM)	760,49	629,76	841,57
Homens	799,70	671,50	1.064,44
Mulheres	615,72	540,33	730,14

FONTES: INE

Como consequências da situação de precariedade laboral importa sublinhar a penalização das dinâmicas demográficas, com a emigração e o envelhecimento populacional “na linha da frente”, bem como o agravamento dos fenómenos de pobreza e exclusão social. A maior pressão sobre os serviços públicos, como o aumento de pedidos de apoio, e a dificuldade em definir projetos de vida do ponto de vista pessoal, constituem outras consequências sinalizadas pelos atores locais.

4. A **mobilidade geográfica limitada** da população constitui um fator preponderante para uma maior dificuldade na superação de situações de desemprego da população em idade ativa. De facto, as dificuldades sentidas ao nível da cobertura da rede de transportes, bem como das possibilidades de deslocação em transporte próprio constituem um verdadeiro problema à mobilidade das pessoas.

Tais dificuldades são indutoras de desemprego e limitam o alcance das estratégias de empregabilidade.

Figura 02 – Horários de transporte públicos (2012)

TRANSPORTES PÚBLICOS

A Câmara Municipal de Viana do Alentejo informa toda a população que, a partir de **13 de setembro de 2012**, encontram-se em funcionamento os seguintes horários de transportes públicos.

Évora - Viana do Alentejo - Évora
Segunda a Sexta-feira

Partidas de Évora: 07h15 - 17h30 - 19h15
Partidas de Viana:
Segunda: 08h50 - 08h15 - 18h40
Terça: 08h50 - 08h15 - 18h40
Quarta: 06h50 - 08h15 - 14h45
Quinta: 06h50 - 08h15 - 18h40
Sexta: 06h50 - 08h15 - 18h40

Todos os dias úteis

Alcáçovas / Viana - 07h30 - 14h30
Viana / Alcáçovas - 14h10 - 17h30
Viana / Aguiar - 07h55 - 13h45 - 17h10
Aguiar / Viana - 08h10 - 14h00 - 17h20

TRANSPORTES PÚBLICOS

A Câmara Municipal de Viana do Alentejo informa toda a população que, no período de **28 de Junho de 2013**, encontram-se em funcionamento os seguintes horários de transportes públicos:

Évora - Viana do Alentejo - Évora
Partidas de Évora:
Segunda a Sexta-feira | 07h15 -17h30 -19h15

Partidas de Viana do Alentejo:
Segunda-feira | 06h50 - 08h15 -19h50
Terça-feira | 06h50 - 08h15 -19h50
Quarta-feira | 06h50 - 08h15
Quinta-feira | 06h50 - 08h15 -19h50
Sexta-feira | 06h50 - 08h15 -19h50

Terças e Quintas-feiras
Alcáçovas > Viana | 09h00 - 12h30
Viana > Alcáçovas | 12h15 - 18h20
Viana > Aguiar | 09h15 - 13h00 - 18h00
Aguiar > Viana | 09h30 - 13h15 - 18h10

FONTE: Câmara Municipal de Viana do Alentejo

5. As **dificuldades de conciliação da vida familiar e emprego (principalmente nas famílias monoparentais)** constituem outro domínio de extrema relevância em matéria de acesso ou manutenção do emprego. Estas dificuldades decorrem de diversos fatores, dos quais se destacam o défice de oferta mais alargada de serviços de apoio à família, assim como o desajustamento dos horários de funcionamento das escolas públicas face aos horários dos pais. O excesso de número de horas de trabalho constitui, ainda, outro aspeto a considerar.

Como consequência direta das dificuldades de conciliação, surge o aumento da procura das respostas sociais de carácter lucrativo (o que poderá não ser suportável pelas famílias, tendo em conta as situações de precariedade laboral já enunciadas) e a redução do número de filhos por família.

6. **Dificuldade na flexibilidade e adaptabilidade a novas tarefas da população ativa não jovem**, o que decorre na opinião dos atores locais de questões culturais e da conceção do "emprego para a vida".

Com esta dificuldade de flexibilidade e adaptação, a integração no mercado de trabalho é fortemente condicionada, poderão surgir problemas de saúde (designadamente mental), existe uma potencial tendência para a degradação dos ambientes de trabalho e uma maior propensão para desvalorizar o próprio trabalho.

7. A **conjuntura económica desfavorável (internacional/nacional/local)** constitui um fator exógeno ao concelho que limita, em muito, o sucesso das intervenções direcionadas para a temática do emprego (quer em termos da manutenção do emprego, quer no que diz respeito ao combate ao desemprego). Os contornos e causas desta crise internacional têm sido sobejamente debatidos, sendo que o contexto político nacional e internacional, bem como a dificuldade na definição de áreas prioritárias de investimento constituem uma das causas consideradas pelos atores locais.

As consequências são, também elas conhecidas, e não “exclusivas” do concelho de Viana do Alentejo: falências de empresas, aumento do desemprego, da emigração (não apenas jovem) e dos processos migratórios para os centros urbanos.

Os **constrangimentos associados aos apoios financeiros** constituem outra preocupação dos atores locais, mas que em sede de priorização recebeu uma pontuação nula. Não obstante, refere-se para aqueles atores, estes constrangimentos decorrem do desajustamento dos apoios às características da região, do tecido empresarial e da realidade atual, da burocratização dos processos e da necessidade de cofinanciamento (individual e das instituições bancárias). Como consequência direta, verifica-se uma maior dificuldade na criação de novos postos de trabalho, uma redução da iniciativa privada e uma incapacidade de absorção dos fundos ainda disponíveis na sua totalidade.

Em matéria de **recursos de âmbito local**, e que deverão necessariamente ser considerados no processo de elaboração do futuro Plano de Desenvolvimento Social de Viana do Alentejo, sublinha-se o trabalho desenvolvido pelas seguintes organizações:

Quadro 28 – Recursos locais na área do emprego (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Centro de Emprego de Viana do Alentejo (IEFP)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ CEI – Contrato Emprego-Inserção (o IEFP disponibiliza o CEI enquanto medida que visa, ao longo de 12 meses, promover a empregabilidade de pessoas desempregadas, preservando e melhorando as suas competências socioprofissionais. As entidades promotoras são organizações coletivas públicas ou privadas sem fins lucrativos (Autarquias locais; IPSS) e os destinatários são desempregados inscritos no IEFP titulares do subsídio de desemprego ou do subsídio social de desemprego) ✓ CEI+ - Contrato Emprego-Inserção (esta medida é em tudo semelhante à anterior, mudando apenas os seus destinatários, que passam a ser desempregados inscritos no IEFP titulares do Rendimento Social de Inserção) ✓ CEI-Património (o IEFP disponibiliza contratos de emprego e inserção com a duração mínima de 3 meses e máxima de 12 meses não prorrogáveis na área da conservação e manutenção do património que visem: i) apoiar atividades socialmente necessárias; ii) promover a empregabilidade de pessoas desempregadas; iii) fomentar o enquadramento dos desempregados, em contexto que facilitem o estabelecimento de contatos com outros profissionais, evitando o risco de isolamento, desmotivação e marginalização. As entidades promotoras são pessoas coletivas públicas ou privadas, sem fins lucrativos, nomeadamente: Serviços públicos; Autarquias Locais; entidades cuja atividade se insira no âmbito do desenvolvimento social local. E os destinatários podem ser: i) Desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego; ii) Desempregados beneficiários do

—

	<p>rendimento social de inserção (RSI); iii) Desempregados não subsidiados nem beneficiários do RSI inscritos nos centros de emprego há pelo menos 4 meses consecutivos. São considerados prioritários os seguintes destinatários: Desempregados de longa duração; Desempregados com idade igual ou superior a 55 anos de idade e as Pessoas com deficiências e incapacidades))</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Estágios emprego (o IEFP disponibiliza estágios de 12 meses com o objetivo de melhorar o perfil de empregabilidade dos jovens que procuram emprego, promover a sua inserção ou reconversão profissional e, promover o conhecimento de novas formações e competências. As entidades promotoras são organizações privadas, com ou sem fins lucrativos e Autarquias Locais, e os destinatários: i) Jovens à procura de emprego, entre os 18 e os 30 anos, inscritos no IEFP como desempregados; ii) Pessoas com idade superior a 30 anos, desde que tenham obtido a qualificação há menos de 3 anos e não tenham registos de remunerações na segurança social nos 12 meses anteriores à entrada da candidatura, inscritos no IEFP como desempregados; iii) Jovens desempregados, com idades entre os 31 e os 35 anos, inscritos como desempregados no IEFP, para estágios que se enquadrem na área da agricultura; iv) Pessoas com deficiência e incapacidade; v) Desempregados que integrem família monoparental; vi) Desempregados cujos cônjuges ou pessoas com quem vivam em união de facto se encontrem igualmente desempregados, inscritos no IEFP) ✓ Estímulo 2013 (o IEFP disponibiliza incentivos à empregabilidade através do apoio à contratação e formação profissional de desempregados. Para beneficiar do Estímulo 2013, a entidade empregadora deve: i) celebrar um contrato de trabalho a tempo completo, com desempregados inscritos nos Centros de Emprego há pelo menos 6 meses consecutivos; ii) o contrato de trabalho não pode ser inferior a 6 meses, ou, no caso de projetos de interesse estratégico, a 18 meses; iii) criar novos postos de trabalho, cumprindo o requisito da criação líquida de emprego. Esta medida destina-se a pessoas singulares ou coletivas de direito privado, com ou sem fins lucrativos que pretendam contratar desempregados especialmente vulneráveis, nomeadamente desempregados inscritos há pelo menos 6 meses consecutivos nos Centros de Emprego. Não são elegíveis pessoas coletivas que estejam sujeitas a regime de direito privado, mas que tenham natureza jurídica pública (exemplo das fundações públicas de direito privado)) ✓ Apoio à contratação via reembolso da taxa social única (esta medida do IEFP constitui um reembolso de uma percentagem das contribuições obrigatórias para a segurança social pagas pelo empregador, quando celebre contrato trabalho sem termo ou a termo certo, a tempo parcial ou completo, com desempregados inscritos no IEFP. O apoio depende da criação líquida de emprego e manutenção do nível de emprego durante o período de duração do apoio. O período máximo de duração do apoio é de 18 meses. São entidades promotoras desta medida pessoas singulares ou coletivas, de direito privado, com ou sem fins lucrativos. Os destinatários poderão ser: i) Pessoas inscritas como desempregadas no IEFP; ii) Jovens com idades entre os 18 e os 30 anos; iii) Adultos com idade igual ou superior a 45 anos; iv) Pessoas com idades entre 31 e 44 anos desde que: não tenham concluído o ensino básico; sejam responsáveis por família monoparental ou cujos cônjuges se encontrem igualmente em situação de desemprego) ✓ Medida e incentivo à aceitação de ofertas de emprego (esta medida constitui de apoio financeiro aos desempregados titulares de prestações de desemprego que aceitem ofertas de emprego apresentadas pelo Centro de Emprego ou colocação pelos próprios meios, a tempo completo, com uma remuneração inferior ao valor da prestação de desemprego que se encontram a receber. Os destinatários são desempregados titulares de prestações de desemprego inscritos nos Centros de Emprego há mais de 6 meses) ✓ GIP - Gabinete de Inserção Profissional
Câmara Municipal de Viana do Alentejo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Balcão do empreendedor (ponto único de contacto com a Câmara Municipal de Viana do Alentejo para a realização dos serviços associados ao exercício de uma atividade económica) ✓ Programa Passaporte Emprego (3 candidaturas efetuadas pela Câmara Municipal de Viana do Alentejo) ✓ Programa Estágio Profissional (1 candidatura efetuada pela Câmara Municipal de Viana do Alentejo)
Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado*	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aproveitando o seu manancial de experiência, o conhecimento do território onde atua e atendendo às características da região e da população, a Terras Dentro investe na formação para o empreendedorismo e desenvolve a sua atividade nas seguintes áreas de educação e formação: i) Formação de base; ii) Desenvolvimento pessoal; iii) Formação de formadores; iv) Comércio; v) Gestão e administração; v) Ciências informáticas; vi) Indústrias alimentares. ✓ Para o ano de 2013 as modalidades de formação a desenvolver são: i) Formação Modular Certificada – contribuindo para colmatar percursos formativos incompletos, levando ao incremento das certificações escolares e profissionais, uma das grandes fragilidades detetadas na população ativa da região; ii) Ações não formais com carácter socioeducativo; iii) Formação à distância com base na plataforma moodle.

Centro de Formação de Évora*	✓	Cursos EFA nível básico em pintor da construção civil
	✓	Cursos EFA nível secundário em técnico de manutenção industrial; técnico de instalações elétricas e técnico de eletrónica – automação e controlo
	✓	Cursos de aprendizagem em técnico de mecatrónica; técnico de mecatrónica auto; técnico de refrigeração e climatização e técnico de vendas
	✓	Cursos de educação e formação de jovens em técnico de refrigeração e climatização e técnico de logística
CELF*	✓	Curso Técnico de Vendas – Equivalência ao 12º Ano
	✓	Modular 50 horas – Segurança e Higiene no Trabalho dirigido a Desempregados
CGTP*	✓	Percurso Técnico Administrativo – 125 horas dirigido a Desempregados
	✓	Percurso Técnico Administrativo – 150 horas dirigido a Desempregados

FONTE: Atores locais, 2013

* Estas entidades voltam a ser citadas neste quadro pois a sua atividade é de extrema relevância para a promoção da empregabilidade das pessoas residentes no concelho, conferindo-lhes competências profissionais e escolares certificadas

c. Habitação

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 65º (Habitação e urbanismo) da PARTE I - Direitos e deveres fundamentais, afirma que “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.” Neste quadro, existem responsabilidades específicas do Estado Português de modo a assegurar o direito à habitação, nomeadamente: i) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social; ii) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais; iii) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada; iv) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução. Acresce, ainda, a responsabilidade por parte do Estado em adotar uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.

Em termos habitacionais, em regra, os problemas que se colocam no país dizem respeito, por um lado, ao número de famílias que não têm condições de acesso ao mercado privado de habitação e, por outro lado, à degradação do parque habitacional, não raras vezes fruto de falta de rendimentos para a recuperação das habitações e, noutros casos, por motivos de ordem jurídica diversa.

Os estudos disponíveis sobre a intervenção pública ao nível da habitação em Portugal têm vindo sobretudo a salientar o défice da oferta pública de habitação, situação que ganha novo relevo com a atual dificuldade de muitas famílias em cumprir as obrigações assumidas com a banca, designadamente em matéria de crédito à habitação.

Se a intervenção pública nunca foi verdadeiramente relevante no que diz respeito à promoção habitacional (apesar da constituição no final da década de 60 do Fundo de Fomento de Habitação), importa salientar que a atual situação em que o país se encontra em muito se deve à política de habitação bonificada, ou seja, ao estímulo à aquisição de casa própria através da bonificação do crédito, constituindo esta iniciativa o centro das atenções das políticas habitacionais em Portugal até aos anos mais recentes.

Não obstante, registou-se, a partir da década de 80, um desenvolvimento substantivo do número de fogos novos construídos para habitação social. Acrescente-se que esta construção está associada a um processo de descentralização de responsabilidades no domínio das políticas de habitação, através da afirmação do papel dos municípios que, com maior ou menor vontade, assumiram um papel crescente na execução das “políticas locais de habitação”.

Em Viana do Alentejo, os atores locais pronunciaram-se sobre os constrangimentos e as principais dificuldades encontradas em matéria de habitação, tendo sido identificadas **6 vulnerabilidades**, ordenadas da forma que se segue pelos atores locais.

1. **Falta de oferta de habitação a baixos custos**, situação causada sobretudo pela facilidade na obtenção de crédito para compra de habitação própria (situação entretanto alterada com a crise financeira e económica) e pelo elevado valor do arrendamento, assim como pela proliferação de fogos municipais na década de 90 do século XX (loteamentos com venda de lotes a custos controlados).

Como consequências, o que se verifica atualmente no concelho é uma forte pressão das famílias, como rendas bastante elevadas, e algumas situações de despejo (perda de edifícios para instituições bancárias).

2. A existência de **edifícios devolutos ou em mau estado de conservação (centros históricos das freguesias, essencialmente)** constitui outra preocupação dos atores locais em matéria habitacional, o que decorre, essencialmente, do elevado preço de reconstrução face à construção de novo imóvel, das dificuldades nos processos de legalização das casas (situações de heranças familiares), da falta de emprego o que força as famílias a deslocarem-se, dos baixos rendimentos familiares e da desadequação de apoios no âmbito da habitação.

Por conseguinte, verificam-se situações complexas de degradação do edificado, de abandono das habitações, de riscos para a saúde pública e de degradação generalizada do tecido urbano.

3. **Más condições habitacionais da população idosa**, que derivam do facto de os indivíduos residentes nestes alojamentos possuírem baixos rendimentos, receberem, em regra, pouco apoio das famílias e registarem níveis de exigência bastante baixos, face ao que se considera ser as condições aceitáveis de qualidade de vida e de conforto habitacional.

Esta situação coloca sérios riscos em matéria de saúde e de higiene, bem como contribui para uma maior pressão sobre as respostas sociais destinadas a idosos, designadamente as de internamento (e.g. lar).

4. A tendencialmente crescente **quebra de compromissos contratuais entre as partes envolvidas (proprietários e bancos / empresários e trabalhadores)** constitui um fator que contribui para a degradação do parque habitacional do concelho, decorrente essencialmente da atual situação de crise económica e social em que país está mergulhado, bem como da deficiente administração dos bens por parte dos proprietários.

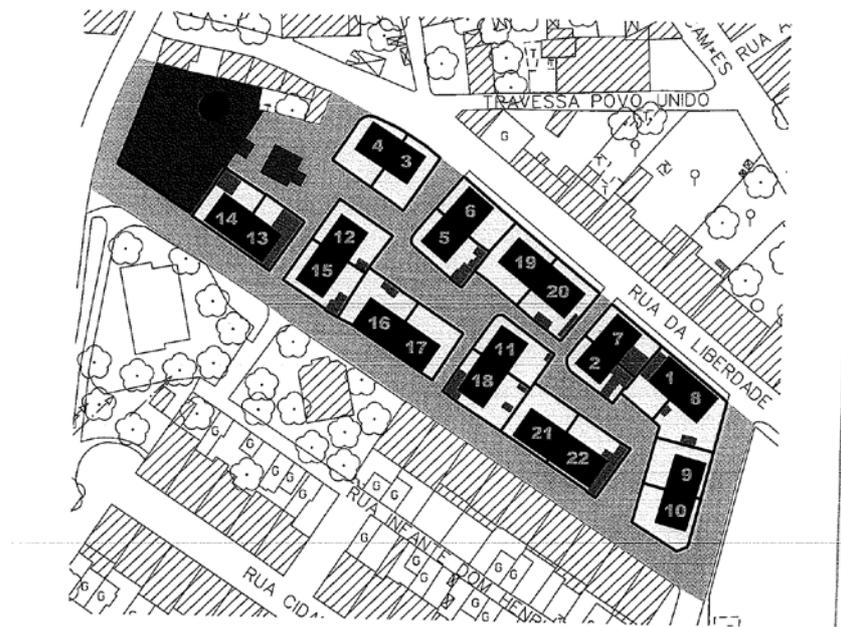
A degradação social e familiar, o aumento de situações de contencioso e a deterioração do parque habitacional, constituem consequência diretas da situação-problema identificada.

—

5. Numa perspetiva mais territorializada, o **Bairro pré-fabricado da freguesia de Aguiar** foi identificado como uma situação-problema, para a qual não tem existido medidas de apoio à solução dos diversos problemas habitacionais e sociais que se geram neste contexto. Decorrente desta “inação”, regista-se um número significativo de casas com más condições de habitabilidade, o aumento de situações de contencioso e a deterioração do parque habitacional.

No que diz respeito a este bairro em concreto, sinaliza-se que apresenta uma área de 8 500 m², dos quais: i) 4 288,4 m² de espaço público; ii) 4 088,1 m² de habitação (22 lotes); iii) 84,9 m² de extensão do centro de saúde; iv) 38,6 m² de depósito.

Figura 03 – Bairro pré-fabricado da freguesia de Aguiar (2013)



FONTE: Câmara Municipal de Viana do Alentejo

Por último, e sem prioridade de intervenção atribuída, foi identificado o problema da **burocracia relacionada com os processos de licenciamento de obras nas zonas históricas**, o que tem impactos no número de casas devolutas nestas áreas centrais.

Quadro 29 – Recursos locais na área da habitação (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
Câmara Municipal de Viana do Alentejo	✓ Oficina Domiciliária (esta iniciativa tem como princípio ajudar os mais idosos nas pequenas reparações do dia-a-dia, quer em pequenas intervenções (mudanças de torneiras, colocação de lâmpadas, consertos de tomadas e interruptores, substituição de vidros e fechaduras, arranjo de mobiliário, pequenos serviços de carpintaria), quer em intervenções que permitam adaptar as condições das suas habitações à sua condição física atual (eliminação de pequenas barreiras arquitetónicas. Estes serviços são prestados pela Autarquia de forma gratuita em todas as obras e reparações, por pessoal técnico competente, de forma a garantir a sua eficácia.)

FONTE: Atores locais, 2013

d. Saúde

Segundo o Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN), “... o QCA III contribuiu inequivocamente para o desenvolvimento do país. Em termos de impactes, as intervenções realizadas traduziram-se de forma expressiva, ao longo do período 2000-2006, designadamente em: ganhos acrescidos na saúde, com uma oferta de cuidados de saúde mais acessível e de melhor qualidade, que contribuem para a existência de uma população mais saudável, com menos episódios de doença ou incapacidade ...” (QREN, página 48, <http://www.qren.pt/np4/663.html>) “Assinala-se, por outro lado, que os progressos alcançados no domínio da saúde convivem ainda com situações muito diferenciadas, onde persistem carências importantes que designadamente justificam intervenções relativas à requalificação dos serviços de urgência, à reestruturação dos cuidados de saúde primários e da melhoria do acesso à consulta e cirurgia.” (QREN, página 76, <http://www.qren.pt/np4/663.html>)

As dinâmicas demográficas que atualmente se verificam no país (e por toda a Europa) representam, a par das carências sinalizadas no parágrafo anterior, desafios importantes e criam exigências acrescidas sobre a prestação de cuidados de saúde. Neste quadro, não é despiciente o protagonismo crescente das políticas de apoio à natalidade, bem como a um envelhecimento ativo.

O concelho de Viana do Alentejo reconhece na temática da saúde, em sentido abrangente (prevenção e prestação de cuidados) um aspeto crucial para a coesão social, tendo sido identificada como uma área crítica para a intervenção local.

Assim, os atores locais pronunciaram-se sobre os constrangimentos e as principais dificuldades encontradas em matéria de saúde, tendo sido identificadas **9 vulnerabilidades**, ordenadas da forma que se segue pelos atores locais.

1. **Aumento dos problemas do foro da saúde mental**, situação decorrente da redução das participações públicas no acesso à saúde e aos medicamentos, das dificuldades sentidas na formação dos técnicos, da situação de fragilidade económica das famílias (desemprego e baixos rendimentos), do défice de recursos humanos especializados e, ainda, da automedicação e da desestruturação familiar.

As consequências do aumento das situações de doença mental têm implicações (diretas e indiretas) no aumento dos fenómenos de violência e das taxas de morbilidade, no isolamento e na fraca qualidade de vida, no absentismo laboral, no suicídio, em doenças físicas e, por último, em comportamento desestruturantes e no insucesso escolar.

Na UCSP de Viana do Alentejo, utilizando a fonte de informação SIARS, existem **901 utentes referenciados com problemas psicológicos**, onde estão incluídas as seguintes situações: i) Demência; ii) Outras Psicoses orgânicas NE; iii) Esquizofrenia; iv) Psicose afetiva; v) Distúrbio ansioso/estado ansiedade; vi) Somatização; vii) Perturbações depressivas; viii) Suicídio/Tentativa de suicídio; ix) Neurastenia/surmenage; x) Fobia/Perturbação compulsiva; xi) Perturbações

personalidade; xii) Perturbação hiperkinética; xiii) Stress pós traumático; xiv) Atraso mental; xv) Anorexia nervosa, bulimia; xvi) Outras psicoses NE; xvii) Outras perturbações psicológicas.

Quadro 30 – Nº Problemas psicológicos (Agosto/2013) (Nº)

Unidade Funcional	Local	Nº de problemas
UCSP Viana do Alentejo	CS Viana do Alentejo	527
	EXT Aguiar	90
	EXT Alcáçovas	284
	TOTAL	901

FONTE: SIARS

Segundo a fonte de informação GDH's (base de dados de grupos diagnósticos homogéneos), em 2012, registaram-se 13 utentes residentes no concelho de Viana do Alentejo, que tiveram episódios de internamento pelo motivo de doenças e perturbações mentais.

2. **Consumo abusivo de substâncias psicoativas, em especial o álcool** (fenómeno associado à automedicação referida na prioridade anterior), gerado por situações de desestruturação familiar, pela influência dos pares, por problemas socioeconómicos e por problemas psiquiátricos (causa e efeito). De sublinhar, nesta matéria, a influência das questões culturais, nomeadamente em matéria de hábitos e de tolerância social ao consumo de álcool.

Como consequências destes consumos abusivos, os atores locais referiram a desestruturação familiar/violência doméstica, o surgimento de doenças psiquiátricas e doenças físicas, o isolamento a que por vezes as pessoas são devotadas (por iniciativa própria ou por terceiros), o desemprego, o absentismo laboral e o sentimento de insegurança no espaço público (criminalidade, sinistralidade, marginalidade, etc.)

3. A **falta de conhecimento geral sobre a saúde (literacia em saúde)** constitui outra fonte de problemas e decorre, fundamentalmente, do défice de planeamento político ao nível da promoção da saúde (nas escolas, nas famílias e nos locais de trabalho, onde a aposta na prevenção é reduzida) e da dificuldade de articulação entre entidades com responsabilidade na educação e na saúde, no âmbito da promoção da saúde.

Consequentemente verifica-se um aumento de custos com atividades curativas e conclui-se por uma escassa utilização dos recursos de saúde e da comunidade.

4. Um outro problema considerado relevante e prioritário pelos atores locais prende-se com a **insuficiência de médicos de família (80 utentes na UCSP sem médico de família)**, o que se deve, entre outros aspetos, à falta de incentivos para a fixação no interior, assim, como ao défice de planeamento na formação de médicos.

Esta insuficiência tem implicações no défice de respostas nas situações de doença e aconselhamento, assim como na criação de um clima de instabilidade nos utentes dos serviços de saúde, o que por sua vez condiciona a boa utilização dos serviços públicos.

5. A **redução abrupta no transporte de doentes não urgentes** constitui outra situação-problema na área da saúde, resultante da alteração das regras (por parte do Ministério da Saúde) para a emissão de credenciais, por parte dos médicos do Centro de Saúde, aos doentes que delas necessitam.

As consequências destas situações são evidentes quando se consideram os poucos rendimentos de muitas famílias, que não têm meios financeiros para fazer face a despesas de transportes, taxas moderadoras e medicamentos. De facto, os serviços de saúde/tratamento e vigilância ficam comprometidos com estas alterações.

6. Os atores locais demonstraram uma forte preocupação com as **dificuldades de coordenação dos responsáveis pelas instituições** (no sentido da articulação e da criação de espaços de discussão e procura de soluções conjuntas), que resultam na maioria das situações de constrangimentos de tempo, de falta de experiência e de pouca motivação de alguns profissionais para apostar neste tipo de dinâmica.

Em matéria de consequências, estas dificuldades limitam a existência de uma maior aposta na prevenção e de uma resposta articulada e atempada.

7. A **falta de informação aos utentes** representa outra situação-problema diagnosticada localmente, causada pela falta de uma estratégia de divulgação eficaz por parte das instituições (métodos e meios adequados), assim como pela existência de informação errónea.

A impossibilidade de recorrer adequadamente às respostas que já existem e a utilização incorreta dos vários serviços surgem como as principais consequências dos problemas de comunicação sinalizados.

8. Os atores locais consideraram relevante sinalizar como constrangimento a **falta de efetivos no centro de saúde**, decorrente da situação de crise e de défice de investimento público (material e imaterial) que o país vive.

Esta situação tem implicações ao nível da sobrecarga dos técnicos existentes, do défice de respostas, da grande dificuldade em promover ações de prevenção e, ainda, na indução de situações de instabilidade e de conflito. Neste contexto, existe um risco real de aumentarem os problemas ligados à saúde das pessoas (em número e gravidade).

9. Por último, os atores locais sinalizaram os problemas de **isolamento e solidão dos idosos**, decorrentes entre outros aspetos (aliás já identificados neste diagnóstico) de êxodo da população jovem e de ausência de iniciativas de ocupação saudável para os idosos.

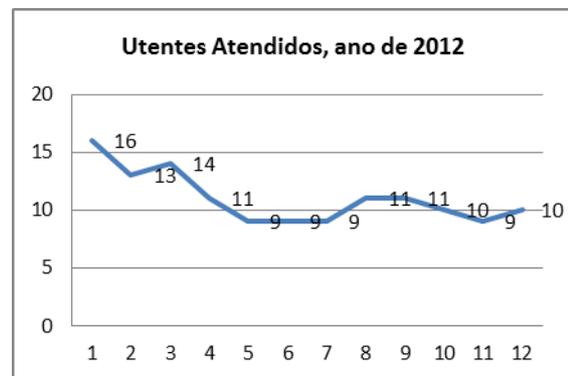
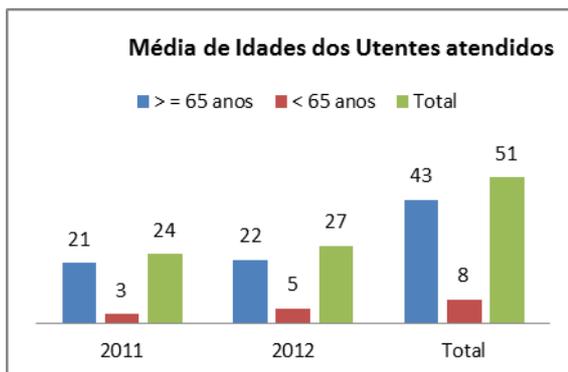
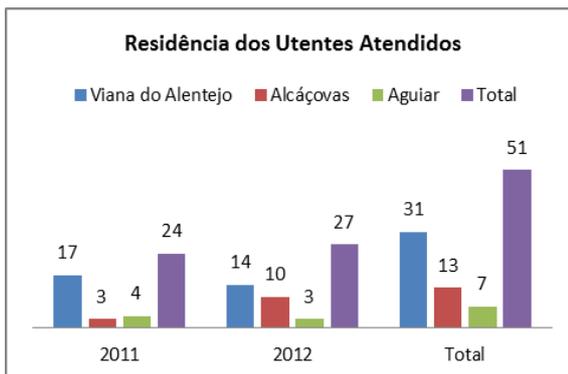
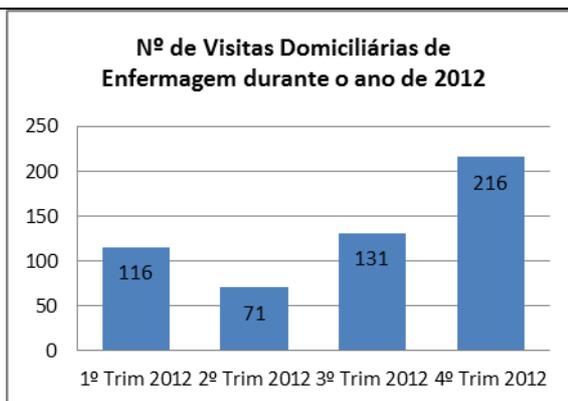
As situações de isolamento e solidão têm como consequências uma maior procura / utilização inadequada dos serviços de saúde e, por vezes, podem conduzir a situações de depressão e suicídio.

Quadro 31 – Recursos locais na área da saúde (2013)

Organização	Projetos / Respostas / Iniciativas
<p>Centro de saúde de Viana do Alentejo – UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A UCC compõe-se de 4 elementos de enfermagem também com contrato de trabalho em funções públicas, médico (3h/semana), técnico do serviço social (3h5 por semana) psicólogo (3h/semana) e técnico administrativo (17h/semana). Tanto a UCC como a UCSP têm o apoio de uma técnica do serviço social e de uma psicóloga 1 dia por semana (estes elementos desempenham funções no ACES, são elementos partilhados). ✓ Saúde Escolar (programa destinado à comunidade educativa – alunos, professores, educadores de infância, auxiliares, pais e encarregados de educação – do ensino pré-escolar, do 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário do concelho de Viana do Alentejo. Como atividades, o programa desenvolve: i) a nível individual, a promoção do exame global de saúde aos 5-6 anos e 11-13 anos através da identificação das crianças e articular com a UCSP (Unidade de Cuidados Personalizados) pois é essa unidade que presta os cuidados diretos; ii) a avaliação do cumprimento do PNV de toda a comunidade educativa – identificam-se os alunos, docentes e não docentes com a vacinação em atraso e articula-se com a UCSP; iii) a identificação e encaminhamento de alunos com necessidades saúde especiais; iv) o acompanhamento de alunos com necessidades saúde especiais. ✓ Crescer Com Peso Saudável (projeto destinado a alunos do 1º Ciclo do Concelho de Viana do Alentejo, e composto pelas seguintes atividades: i) cumprimento do cronograma, com as atividades planeadas, que deve estar incluído no dossier do projeto “Crescer com peso saudável” e disponível na sala de professores; ii) divulgação do projeto junto dos pais e identificação dos alunos sem autorização, escrita, para a participação no mesmo; iii) avaliação do peso e da altura dos alunos por turma, entre pares, nas aulas de educação física, com a supervisão do professor, no início do ano letivo; iv) registo por aluno dos valores do peso e da altura em ficha padrão (Anexo 3), com a supervisão do professor de educação física; v) ensino da fórmula de cálculo do IMC e do modo de consulta das tabelas de referência (Anexo 1 e 2); vi) cálculo do valor do IMC, por cada aluno, seguido da sua avaliação, com recurso às tabelas de referência (Anexo III) e registo na ficha padrão supervisão (Anexo IV) do professor; vii) identificação dos alunos com IMC indicativos de pré-obesidade e obesidade (ou de baixo peso, se tal for diagnosticado) pelo professor e registo dos mesmos em documento elaborado para o efeito (Anexo V); viii) recolha e análise do documento com identificação dos alunos com registo de IMC indicativo de pré-obesidade e obesidade (ou de baixo peso, se tal for diagnosticado), por parte da Equipa de Saúde Escolar e encaminhamento de situações para a UCSP; ix) realização de uma reflexão crítica sobre projeto, com o professor responsável pelo Projeto de Educação para a Saúde na Escola; x) estratégias de promoção da alimentação saudável e de prática de exercício físico. Este trabalho deve ser feito em articulação com a UCSP.) ✓ Adolescência e Sexualidade (projeto destinado a alunos do 7º ano de escolaridade do Agrupamento de Escolas do concelho, e composto pelas seguintes atividades: i) reunião com os diretores das escolas para dar conhecimento do projeto e solicitar o seu apoio na implementação do mesmo; ii) reunião com os professores da disciplinas de área de projeto/formação cívica designados para desenvolver o projeto; iii) reunião com outros docentes (música, português,...) para apresentar o projeto e pedir o seu apoio; iv) reunião com os alunos para lhes dar a conhecer o projeto e obter a participação dos mesmos; v) reunião com os pais dos alunos para dar conhecimento do projeto e para contarmos com a sua participação; vi) reunião com outras entidades do concelho para possíveis apoios; vii) planeamento e realização de oito sessões sobre adolescência e sexualidade.) ✓ Para Uma Vida Sem Tabaco (projeto destinado a alunos do 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ano do Concelho de Viana do Alentejo, e composto pelas seguintes atividades: i) pedido de colaboração a entidades e instituições para colaborar no projeto; ii) aplicação do questionário aos alunos para identificação de hábitos tabágicos; iii) encaminhamento das situações problemáticas identificadas para a UCSP; iv) realização de uma sessão de sensibilização aos pais e educadores sobre o consumo de tabaco e riscos para a saúde; v) realização de duas sessões de educação para a saúde aos alunos do 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ano de escolaridade sobre o tabaco; vi) realização de cartazes/ folhetos em conjunto com as diversas áreas de estudo – Educação visual, ciências da natureza, formação cívica entre outras; vii) exposição de

	<p>trabalhos realizados na festa de final do ano.)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Na Boa Sem Álcool (projeto destinado a alunos do 7º, 8º e 9º ano do Concelho de Viana do Alentejo, e composto pelas seguintes atividades: i) aplicação da “Escala de Envolvimento com o Álcool para Adolescentes” (AAIS) (tradução Portuguesa de Barrias et al,1984); ii) realização de duas sessões de educação para a saúde por turma por ano; iii) realização de sessões para desenvolvimento de competências da comunicação/ assertividade; iv) realização de jogos didáticos que permitam a identificação dos riscos para a saúde associados ao consumo de álcool; v) realização de Vídeo sobre as consequências no grupo do consumo de álcool; vi) realização de atividades (teatro, dança ou canto) contrapondo as consequências do consumo de álcool com os benefícios do não consumo; vii) realização de um convívio sem álcool na escola a culminar as atividades realizadas anteriormente. Entre outras atividades.) ✓ Laboratório de Ideias (projeto destinado a Adolescentes dos 2º e 3º ciclos e ensino secundário do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, e composto pelas seguintes atividades: i) reunião com os professores diretores para confirmar aspetos do funcionamento dos gabinetes (sala, dias de funcionamento, horas e profissional responsável); ii) elaboração de documentos informativos para todas as turmas sobre o funcionamento do gabinete (salas, dias, horas e responsável do atendimento); iii) divulgação do gabinete pelas salas de aula através do documento informativo e pelos professores; iv) divulgação do gabinete, pela escola: nos corredores, nos refeitórios, salas de convívio, bibliotecas,...; v) realização de outras atividades para divulgação do gabinete (por exemplo reunião com associação de estudantes); vi) realização de entrevistas de ajuda (atendimentos, esclarecimentos, ensinos, facultar material...); vii) realização dos registos necessários, em documento próprio.) ✓ Gabinete de Apoio ao Aluno (projeto destinado a alunos do 2º e 3º ciclo do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, Escola EBI/JI de Alcáçovas, e composto pelas seguintes atividades: i) reunião com os professores diretores para confirmar aspetos do funcionamento dos gabinetes (sala, dias de funcionamento, horas e profissional responsável); ii) elaboração de documentos informativos para todas as turmas sobre o funcionamento do gabinete (salas, dias, horas e responsável do atendimento); iii) divulgação do gabinete pelas salas de aula através do documento informativo e pelos professores; iv) divulgação do gabinete, pela escola: nos corredores, nos refeitórios, salas de convívio, bibliotecas,...; v) realização de outras atividades para divulgação do gabinete (por exemplo reunião com associação de estudantes); vi) realização de entrevistas de ajuda (atendimentos, esclarecimentos, ensinos, facultar material...); vii) realização dos registos necessários, em documento próprio.) ✓ Promoção da Saúde Oral; ✓ Plataforma contra a obesidade; ✓ Saúde no Ciclo de Vida <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prevenção da Diabetes Tipo II ✓ Cuidados Continuados Integrados ✓ Envelhecer Com Qualidade de Vida ✓ Projeto de Intervenção Precoce de Viana do Alentejo (projeto destinado a crianças dos 0 aos 6 anos de idade e suas famílias, com necessidades na área da saúde, que integram o Projeto de Intervenção Precoce de VA (25), e composto pelas seguintes atividades: i) avaliação multidisciplinar das situações sinalizadas à equipa de IP para planeamento da intervenção; ii) apoio de enfermagem às crianças em programa; iii) ações de educação para a saúde a grupos no âmbito da IP; iv) reuniões da Equipa Intervenção Precoce.)
<p>Centro de saúde de Viana do Alentejo – UCSP - Unidade de Cuidados Personalizados</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A UCSP funciona diariamente das 08h00 às 20h00 na sede de concelho, na extensão de saúde de Alcáçovas funciona das 09h00 às 17h30 e em Aguiar o funcionamento é: 2ª feira à tarde (só enfermeira); 3ª feira manhã (só médico e técnico administrativo); 4ª feira todo o dia (médico, administrativo e enfermeiro); 6ª feira à tarde (enfermeiro) ✓ Da UCSP fazem parte: <ul style="list-style-type: none"> - Médicos de família: 3 a contrato de trabalho por tempo indeterminado 1 a contrato de trabalho a tempo parcial Um dos médicos disponibiliza 3 horas na UCC - 5 Enfermeiros com contrato de trabalho em funções públicas e um enfermeiro chefe - 1 Técnico do serviço social(3.5h/semana) - 1 Psicólogo (4h/semana) - Assistentes técnicos, um deles o responsável e outro a meio tempo dividindo o tempo com a UCC - 6 Assistentes operacionais (mas na realidade 3 deles exercem funções administrativas) ✓ As consultas que se realizam são de clinica geral, planeamento familiar, saúde infantil, saúde materna, saúde do adulto, saúde do idoso, hipertensão, diabetes e pé diabético, visitação domiciliária.

<p>Administração Regional de Saúde do Alentejo</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ CRI de Évora <ul style="list-style-type: none"> ✓ Programa de promoção de competências socio emocionais Eu e os Outros. ✓ Programa Castelos de Risco. ✓ Projeto Copos (em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa.) ✓ Projeto Jovens Promotores de Saúde (em parceria com a Associação GARE, acionando para o efeito a disponibilidade da Viatura Alcoolkart.) ✓ Tertúlia Cantigas de Prevenção e Alguns Dizeres (dirigida aos jovens.) ✓ Capacitação dos docentes do concelho com recursos de intervenção preventiva em meio escolar. ✓ Ação de formação sobre prevenção, dirigida aos agentes sociais do concelho. ✓ Ação de sensibilização conjunta entre GNR, Saúde e Autarquia, sobre responsabilidade social (dirigida aos agentes comerciais do concelho, ligados ao setor da restauração.) ✓ Seminário sobre Prevenção em Meio Familiar. ✓ Parceria protocolada com a Universidade de Évora, no sentido da realização de um estudo de caracterização da prevalência do consumo de álcool no concelho. ✓ Intervenção no abuso/dependência de substâncias psicoativas (SPA): i) dinamizar uma ação de formação dirigida aos profissionais das entidades locais sobre a problemática das dependências, os recursos e a referenciação para tratamento; ii) capacitar e qualificar os agentes da comunidade local para a intervenção junto de pessoas com problemas ligadas ao abuso/dependência de SPA; iii) prevenir os efeitos nocivos do consumo de SPA e reduzir as repercussões negativas no local de trabalho através da implementação de um Programa de Prevenção/Intervenção em Meio laboral. <p>Segundo os dados disponibilizados, o número de indiciados de Viana do Alentejo no ano de 2013 foi residual (“apenas” 2 indivíduos), à semelhança do verificado nos anos transatos (3 em 2012; 1 em 2011; 3 em 2010). As substâncias apreendidas são diversas, mas com um forte peso do haxixe, seguido da liamba e da heroína.</p> ✓ DICAD (Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências) – UIL (Unidade de Intervenção Local.)
<p>ECCI de Viana do Alentejo</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A ECCI é uma equipa multidisciplinar da responsabilidade dos cuidados de saúde primários (CSP) e das entidades de apoio social, para a prestação de serviços domiciliários, decorrentes da avaliação integral, de cuidados médicos, de enfermagem, de reabilitação e de apoio social, ou outros, a pessoas em situação de dependência funcional, doença terminal, ou em processo de convalescença, com rede de suporte social, cuja situação não requer internamento mas que não podem deslocar-se de forma autónoma, tal qual refere o Decreto-Lei nº101/2006 Integrada na Rede Nacional de Cuidados Integrados (RNCCI), a Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) pretende oferecer Cuidados Domiciliários a todos aqueles que, não necessitando de internamento, precisam do apoio de diversos técnicos de saúde. ✓ Atualmente, a ECCI de Viana do Alentejo, disponibiliza apoio de enfermagem, médico (Só se não for possível com o médico de família), apoio social e psicológico. A prestação de cuidados é realizada no domicílio, podendo ser cedido alguma ajuda técnica de acordo com as necessidades e recursos da equipa. ✓ ÁREA DE INFLUÊNCIA: Todo o concelho de Viana do Alentejo ✓ HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: Todos os dias do ano. Das 9 às 20h nos dias úteis e das 8 às 14h nos fins de semana e feriados. ✓ POPULAÇÃO ALVO: 20 Utentes em situação de dependência com necessidade de cuidados de saúde, que possuam contexto social ou familiar e uma situação de saúde cuja intensidade e complexidade de cuidados permita a sua prestação no domicílio, de forma temporária ou permanente. Mais especificamente os doentes com: i) Deterioração significativa das atividades básicas da vida diária; ii) Alta recente de unidade de internamento; iii) Incapacidade de gestão do regime terapêutico; iv) Necessidade de cuidados paliativos, incluindo compensação sintomática possível de realizar no domicílio; v) Necessidade de cuidados que requeiram um grau de diferenciação que exceda a equipa básica (Psicologia...). Familiares e cuidadores: cuidados de suporte psicológico, formativo, prestado no contexto de vida do utente acima referido (domicílio).



FONTE: Atores locais, 2013

Em termos de informação quantitativa importa sublinhar que estão [inscritos no Centro de Saúde de Viana do Alentejo 6 100 utentes](#), 2 980 dos quais homens e 3 120 mulheres. Em termos de freguesia, a maioria dos utentes está inscrita na sede do centro de saúde (3 142 – 51,5%), 35,0% inscritos na freguesia de Alcáçovas (2 133) e 13,5% na freguesia de Aguiar (825).

Quadro 32 – Distribuição dos utentes inscritos na sede e extensões do Centro de Saúde, por sexo (2013) (Nº)

Infraestrutura	Nº Utentes		
	Homens	Mulheres	Total
Sede – Viana do Alentejo	1.531	1.611	3.142
Aguiar	402	423	825
Alcáçovas	1.047	1.086	2.133
Total - Concelho de V. Alentejo	2.980	3.120	6.100

FONTE: SINUS CSP

5. SÍNTESE CONCLUSIVA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual documento de diagnóstico social de Viana do Alentejo, reportado ao ano de 2013, procura sistematizar informação de índole quantitativa e qualitativa, baseada, por um lado, em fontes estatísticas nacionais e locais, e por outro lado, na perceção que os atores locais com intervenção relevante nas matérias analisadas têm da realidade concelhia.

Neste quadro, e tendo por base os requisitos constantes do caderno de encargos associado à prestação de serviços em causa, bem como a proposta apresentada pela Logframe e os consensos obtidos em sede de discussão com a entidade contratante, bem como com os elementos do Núcleo Executivo do CLASVA, foi implementada uma metodologia multi-método baseada em métodos de recolha de informação diferenciados, de *back office* e de apelo à participação dos atores locais, que originaram informação bastante diversificada. Esta informação foi triangulada, dando lugar aos resultados que se apresentaram ao longo do documento.

Uma ressalva para o facto de as áreas de problemas apresentadas neste diagnóstico não esgotarem os problemas do concelho de Viana do Alentejo em matéria de coesão social. Não obstante, são as áreas consideradas fundamentais e de intervenção prioritária pelos atores locais, pelo que merecem maior destaque no atual documento.

Este capítulo visa, no essencial, traduzir esses resultados de forma sistemática, clara e coerente, perspetivando a sua utilização como base para o futuro Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Viana do Alentejo.

Assim, conclui-se que:

1. O Diagnóstico Social do Concelho de Viana de Alentejo espelha uma realidade concelhia que está enquadrada num **cenário socioeconómico particularmente difícil**, resultante de uma crise nacional e internacional sem precedentes nas últimas décadas. Previsivelmente a implementação do próximo Plano de Desenvolvimento Social acontecerá no mesmo tipo de cenário, o que colocará desafios acrescidos ao sucesso das políticas sociais locais;
2. O concelho de Viana de Alentejo registou um **ganho populacional** de 2,28% (ou seja, mais 128 pessoas) no período 2001-2011, o que está claramente em contraciclo com o que se verifica na região do Alentejo e na sub-região do Alentejo Central). A análise por permite concluir que o concelho ganhou, sobretudo, população em idade ativa (25 e 64 anos), o que se traduz no valor do índice de renovação da população em idade ativa (115,94), número significativamente superior ao da região do Alentejo e ao da sub-região do Alentejo Central.
3. Comparativamente com o ano de 2001, em matéria de famílias, o concelho registou um **acréscimo de 120 famílias** (+5,7%), cifrando-se nas 2 220 famílias em 2011, maioritariamente constituídas por 2 pessoas (749). A dimensão média das famílias é de 2,6 indivíduos em 2011, o que traduz uma pequena redução face a 2001, onde aquele indicador registava o valor de 2,7

peçoas. Os **núcleos familiares monoparentais (231) representam 13,3% do total de núcleos familiares** existentes no concelho (1 735). A grande maioria destas famílias é constituída por mãe com filhos, e o elemento adulto não possui mais que o 2º ciclo do ensino básico.

4. Existe no concelho um **número significativo de pessoas com baixos níveis de escolaridade**. De facto, em 2011, 26% de população residente no concelho não tem qualquer nível de instrução, 55% tem como nível de instrução mais elevado completo o ensino básico, 12% o ensino secundário, 1% o ensino pós-secundário e 6% o ensino superior. A taxa de analfabetismo é, em 2011, de 12,39%, superior à da região do Alentejo e da sub-região Alentejo Central.
5. Em termos de mercado de trabalho, **a maior parte da população está empregada** – 2 362 pessoas – sobretudo na qualidade de trabalhadores por conta de outrem. A **taxa de desemprego no concelho é de 9,64%**, valor que permanece abaixo das taxas registadas para o Alentejo e para o Alentejo Central. O **ganho médio mensal da população residente no concelho é manifestamente inferior ao da região do Alentejo e da sub-região do Alentejo Central**. Ainda assim, regista-se um crescimento sistemático deste valor.
6. Em matéria de habitação, existiam em 2011, no concelho de Viana do Alentejo **3 446 edifícios, grande parte dos quais construídos nas décadas de 70 e 80**. Uma análise dos edifícios em matéria de necessidades de reparação permite concluir que **a maioria dos edifícios não regista problemas relevantes**. Considerando agora os **alojamentos familiares, regista-se um total de 2 080 unidades, a grande maioria dos quais com instalações “básicas”**. Uma última nota para o índice de lotação dos alojamentos familiares clássicos, sendo **relevante o peso das situações de sublotação dos alojamentos** (1 643 alojamentos sublotados (cerca de 75% do total).
7. No concelho existem:
 - a. **823 pessoas residentes com menos de 15 anos**, verificando-se uma tendência para a diminuição do índice de dependência dos jovens, o que está em linha com a dinâmica da sub-região do Alentejo Central e da própria região do Alentejo;
 - b. **1 467 pessoas residentes com menos de 15 anos**, sendo que 922 idosos (ou seja, **62,86%**) **vivem sós ou com outros do mesmo grupo etário**. Ressalva-se, igualmente, e considerando agora a questão dos alojamentos familiares, que do total de 3 570 alojamentos, 607 (17%) só têm pessoas com 65 ou mais anos e 295 (8,26%) têm 1 pessoa com 65 ou mais anos;
 - c. **1 318 pessoas com pelo menos uma dificuldade**. A análise deste grupo por faixa etária permite concluir que são, de facto, os idosos (998 pessoas, ou seja, 75,72%) aqueles que registam mais dificuldades, fruto naturalmente da própria condição de idoso e da perda associada de capacidades motoras e psíquicas. No que se reporta à condição perante a atividade económica, a grande maioria da população com deficiências ou incapacidades encontra-se em situação de inatividade (1 081, ou seja, 83,03%), sendo que destes, 970 indivíduos são reformados, aposentados ou estão na reserva.

8. Em matéria de **educação e formação**, os principais problemas do concelho são, segundo a perceção dos atores locais:
 - a. Défice de competências básicas (pessoais e sociais) por parte da população em geral;
 - b. Desresponsabilização das famílias enquanto educadores/formadores;
 - c. Desvalorização da formação profissional;
 - d. Instabilidade das políticas educativas;
 - e. Descrédito da educação;
 - f. Desvalorização da educação;
 - g. Ausência de respostas diversificadas em formação;
 - h. Dificuldades na articulação dos instrumentos de educação não formal;
 - i. Fraca concertação entre a educação e a economia.

9. Na área do **emprego**, os atores locais sinalizaram como principais problemas:
 - a. Tecido empresarial fraco;
 - b. Fraca concertação entre o mercado de trabalho e a educação;
 - c. Precaridade (vínculo laboral e remuneração);
 - d. Dificuldade na flexibilidade e adaptabilidade a novas tarefas da população ativa não jovem;
 - e. Mobilidade geográfica limitada;
 - f. Dificuldades de conciliação da vida familiar e emprego (principalmente nas famílias monoparentais);
 - g. Conjuntura económica desfavorável (internacional/ nacional/ local);
 - h. Constrangimentos dos apoios financeiros.

10. No que diz respeito ao acesso e manutenção da **habitação**, os atores locais referiram como problemas mais graves:
 - a. Falta de oferta de habitação a baixos custos;
 - b. Edifícios devolutos ou em mau estado de conservação (centros históricos das freguesias, essencialmente);
 - c. Quebra de compromissos contratuais entre as partes envolvidas (proprietários e bancos / empresários e trabalhadores);
 - d. Más condições habitacionais da população idosa;
 - e. Bairro pré-fabricado da freguesia de Aguiar;
 - f. Burocracia relacionada com licenciamento de obras nas zonas históricas.

11. Por último, em matéria de **saúde**, os problemas sinalizados pelos atores locais como sendo os mais relevantes são:
- a. Aumento dos problemas do foro da saúde mental;
 - b. Consumo abusivo de substâncias psicoativas (em especial o álcool);
 - c. Falta de conhecimento geral sobre a saúde (literacia em saúde);
 - d. Médicos de família Insuficientes;
 - e. Redução abrupta no transporte de doentes não urgentes;
 - f. Falta de coordenação dos responsáveis pelas instituições (no sentido da articulação e da criação de espaços de discussão e procura de soluções conjuntas);
 - g. Falta de informação aos utentes;
 - h. Falta de efetivos no centro de saúde;
 - i. Isolamento / Solidão dos idosos.

—

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS

- ✓ CASTELLS, Manuel (1996) A Sociedade em Rede, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ✓ SCHIEFER, Ulrich et al. (2006) MAPA - Manual de Planeamento e Avaliação de Projetos, São João do Estoril: Principia.
- ✓ CCDR Alentejo, Observação das Dinâmicas Regionais (2011) Políticas Públicas para os Territórios de Baixa Densidade, Alentejo: CCDR/ODR.

RECURSOS ELETRÓNICOS

- ✓ Quadro de Referência Estratégico Nacional (<http://www.qren.pt>)
- ✓ Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>)
- ✓ Segurança Social (<http://www4.seg-social.pt>)
- ✓ Segurança Social – Rede Social (<http://www4.seg-social.pt/rede-social>)

7. ANEXOS

ANEXO 1 – CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE VIANA DO ALENTEJO (CLASVA)

O CLASVA é composto por um elemento designado por cada uma das entidades a seguir identificadas:

- Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo
- Associação de Idosos, Reformados e Pensionistas de Aguiar
- Associação de Idosos, Reformados e Pensionistas de Viana do Alentejo
- Associação de Pais de Alcáçovas
- Associação de Pais de Viana do Alentejo e Aguiar
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo
- Associação Terra Mãe
- Câmara Municipal de Viana do Alentejo
- Centro de Emprego de Évora
- Centro de Respostas Integradas de Évora
- Centro de Saúde de Viana do Alentejo
- Centro Distrital de Segurança Social de Évora
- Centro Imaculado Coração de Maria
- Centro Social e Paroquial de Alcáçovas
- Centro Social e Paroquial de Viana do Alentejo
- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Alcáçovas
- EBI/JI de Alcáçovas
- Galopar & Pedalar - Clube
- Guarda Nacional Republicana (G.N.R.)
- Guarda Nacional Republicana (G.N.R.) - Posto Territorial de Alcáçovas
- Intervenção Precoce de Viana do Alentejo
- Junta de Freguesia de Aguiar
- Junta de Freguesia de Alcáçovas

- Junta de Freguesia de Viana do Alentejo
- Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas
- Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo
- Sporting de Viana do Alentejo
- Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado

[Fonte: Câmara Municipal de Viana do Alentejo]

—

ANEXO 2 – REGULAMENTO INTERNO (CLASVA)

Preâmbulo

A Rede Social criada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro, traduz-se na capacidade de congregar iniciativas, ativando a participação local e o envolvimento da comunidade, tendo em vista a realização dos Planos Locais de Desenvolvimento Social. No Concelho de Viana do Alentejo tem-se vindo a desenvolver algumas experiências de trabalho em parceria no âmbito do Rendimento Social de Inserção e de um Projeto de Luta Contra a Pobreza promovido pela Autarquia e pela Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo.

Através destas parcerias tem-se verificado a partilha de iniciativas e a rentabilização de esforços que são as estratégias mais adequadas pela tomada de consciência dos problemas e para a resolução dos mesmos de uma forma integrada.

Estamos certos que estão criadas as condições necessárias para o Concelho avançar com a realização de um Diagnóstico Social e um Planeamento participados, com vista à promoção do desenvolvimento local, tendo como pano de fundo um modelo de funcionamento e organização assente num Conselho Local de Ação Social. Para a prossecução dos seus objetivos o CLAS deve dispor de um Regulamento Interno, onde se estabeleçam regras de parceria, composição, organização e funcionamento.

CAPÍTULO I

Âmbito

ARTIGO 1º

Objeto

Este regulamento rege o processo de organização e funcionamento do Conselho Local de Ação Social de Viana do Alentejo, adiante designado por CLASVA, constituído nos termos da resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro e pelo Decreto-Lei 115/2006, de 14 de Junho que instaura a Rede Social e do Despacho Normativo nº8/2002 que regulamenta o Programa de Apoio à implementação da Rede Social.

ARTIGO 2º

Âmbito Territorial

O âmbito territorial do CLASVA é o Concelho de Viana do Alentejo.

ARTIGO 3º

Natureza

1 - O CLASVA é um órgão local de concertação e congregação de esforços que visa desenvolver o Programa de Rede Social, constituindo-se, assim, como espaço privilegiado de diálogo e análise, no sentido de promover e contribuir para a erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão social, bem como para o desenvolvimento social do Concelho de Viana do Alentejo.

2 - É constituído por entidades sem fins lucrativos e organismos públicos, que trabalham no domínio da área social do Concelho e rege-se pelo presente regulamento.

3 - As decisões tomadas no CLASVA devem, numa lógica de compromisso coletivo, constituir indicações que influenciem as tomadas de decisão de cada um dos parceiros.

ARTIGO 4º

Objetivos

1 - O CLASVA é um fórum de parceria estratégica para a coordenação e para o desenvolvimento social do Concelho.

2 - O CLASVA enquadra-se nos objetivos definidos no art.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de Novembro e no art.º 2 do Despacho Normativo 8/2002 e do Decreto-Lei 115/2006, de 14 de Junho, nomeadamente:

- a) Desenvolver uma parceria efetiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais;
- b) Promover um planeamento integrado e sistemático do desenvolvimento social, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;
- c) Garantir uma maior eficácia, e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos ao nível local;

d) Fomentar e qualificar, no âmbito da Rede Social, agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local;

e) Contribuir para a consciencialização individual e coletiva dos problemas sociais, mobilizando os agentes sociais para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI);

g) Garantir a integração dos objetivos da promoção para a igualdade de género, constantes no Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento.

ARTIGO 5º

Local de Funcionamento

O CLASVA funciona e está sediado nas instalações fornecidas pela Câmara Municipal de Viana do Alentejo.

CAPÍTULO II

Constituição do CLASVA

ARTIGO 6º

Composição do CLASVA

1 - O CLASVA é composto por um elemento designado por cada uma das entidades a seguir identificadas:

- Junta de Freguesia de Alcáçovas
- Junta de Freguesia de Aguiar
- Junta de Freguesia de Viana do Alentejo
- Centro Imaculado Coração de Maria
- Centro Social e Paroquial de Viana do Alentejo
- Centro Social e Paroquial de Alcáçovas
- GNR

- Centro de Emprego de Évora
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo
- Associação de Idosos, Reformados e Pensionistas de Viana do Alentejo
- Associação de Idosos, Reformados e Pensionistas de Aguiar
- Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo
- EBI/JI de Alcáçovas
- Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado
- Associação Terra Mãe
- Centro Saúde de Viana do Alentejo
- Centro Distrital de Segurança Social de Évora
- Câmara Municipal de Viana do Alentejo
- Associação de Pais de Alcáçovas
- Associação de Pais de Viana do Alentejo e Aguiar
- Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas
- Centro de Respostas Integradas de Évora
- Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo
- Galopar & Paladar - Clube

2 – Sempre que se considere pertinente e, por decisão dos membros que constituem o CLASVA, é possível alargar o órgão plenário a outros organismos não referidos no ponto anterior, caso se verifique a necessidade da colaboração destes para a plena prossecução dos objetivos e ações levadas a cabo por este conselho.

ARTIGO 7º

Estrutura

1 - O CLASVA é constituído por um órgão plenário onde têm assentos os representantes das entidades referidas no art.º. 6 e Núcleo Executivo com funções operativas constituído pelas seguintes entidades:

- Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo
- EBI/JI de Alcáçovas
- Associação Terras Dentro
- Associação “Terra Mãe”
- Centro Distrital de Segurança Social de Évora
- Centro de Saúde de Viana do Alentejo
- Câmara Municipal de Viana do Alentejo

2 - O CLASVA é presidido pelo Presidente da Câmara ou Vereador com competências delegadas.

3 - Os representantes das entidades que compõem o CLASVA em situações de impedimento devidamente justificadas deverão salvaguardar a obrigatoriedade de outro membro da mesma entidade que esteja mandatado com poder de decisão.

4 - Sempre que necessário poderão ser criados grupos temáticos, no Núcleo Executivo, de acordo com as especialidades dos assuntos a tratar.

5 - O responsável pela coordenação do Núcleo Executivo deverá, por inerência, pertencer à entidade responsável pela presidência da CLASVA.

6 - As entidades referidas no art.º. 6 podem deixar de pertencer ao CLASVA a qualquer momento. No entanto, tal decisão deverá ser discutida em reunião plenária.

ARTIGO 8º

Competências

1 - Competências do Presidente da CLASVA:

- a) Acompanhar e coordenar todo o trabalho do CLAS;

—

- b) Convocar e coordenar as reuniões do CLAS;
- c) Reunir periodicamente com o Núcleo Executivo para avaliação e planificação do trabalho.

2 - Compete do Plenário do CLASVA desenvolver as competências estatuídas no artigo 26º. do Decreto-Lei 115/2006:

- a) Aprovar o seu regulamento interno;
- b) Proceder à constituição do seu Núcleo Executivo;
- c) Criar grupos de trabalho temáticos, sempre que considerados necessários para o tratamento de assuntos específicos;
- d) Fomentar a articulação entre organismos públicos e entidades privadas, visando uma atuação concertada na prevenção e resolução dos problemas locais de exclusão social e pobreza;
- e) Promover e garantir a realização participada do Diagnóstico Social, do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) e dos respetivos Planos de Ação Anuais;
- f) Aprovar e difundir o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social, assim como os seus respetivos Planos de Ação Anuais;
- g) Promover a participação dos parceiros e facultar toda a informação necessária para correta atualização do sistema de informação nacional a disponibilizar pelo Instituto da Segurança Social, I.P.;
- h) Evocar e deliberar sobre qualquer parecer emitido pelo Núcleo Executivo;
- i) Tomar conhecimento de protocolos e acordos celebrados entre o Estado, as autarquias, as instituições de solidariedade social e outras entidades que atuem no Concelho;
- j) Apreciar os problemas e propostas que sejam apresentadas pelas CSF, ou por outras entidades, e procurar as soluções necessárias mediante a participação de entidades competentes representadas, ou não, no conselho local de ação social;
- l) Avaliar, periodicamente, a execução do PDS e dos planos de ação;
- m) Promover ações de informação e outras iniciativas que visem uma melhor consciência coletiva dos problemas sociais;
- n) Submeter à decisão das entidades competentes as questões e propostas que não se enquadrem na sua área de intervenção.

—

3 - Competências do Núcleo Executivo:

- a) Elaborar o regulamento interno do CLAS;
- b) Executar as deliberações tomadas pelo plenário do CLAS;
- c) Elaborar proposta do plano de ação anual do CLAS e do respetivo relatório de execução;
- d) Assegurar a coordenação técnica das ações realizadas no âmbito do CLAS;
- e) Elaborar o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social e os respetivos planos de ação anuais;
- f) Proceder à montagem do sistema de informação e comunicação que favoreça a atualização permanente e a partilha da informação indispensável à circulação da informação entre os parceiros e a população geral;
- g) Colaborar na implementação do sistema de informação nacional;
- h) Dinamizar os diferentes grupos de trabalho que o plenário do conselho local de ação social delibere constituir;
- i) Promover ações de formação para os parceiros, de acordo com as necessidades existentes;
- j) Acompanhar a execução dos planos de ação anuais;
- l) Elaborar os pareceres e relatórios que lhe sejam solicitados pelo CLAS;
- m) Estimular a colaboração ativa de outras entidades, públicas ou privadas, na prossecução dos fins do CLAS;
- n) Emitir pareceres sobre candidaturas a programas nacionais ou comunitários fundamentados no diagnóstico social e no plano de desenvolvimento social;
- o) Emitir pareceres sobre a criação de serviços e equipamentos sociais, tendo em vista a cobertura equitativa e adequada no concelho, assim como o impacte das respostas em matéria de igualdade de género, designadamente na conciliação da vida familiar e da vida profissional.

CAPÍTULO III

Organização e Funcionamento

ARTIGO 9º

Funcionamento

- 1 - O CLAS funciona em plenários anuais em data a fixar pelo Presidente.
- 2 - O Plenário pode ainda reunir extraordinariamente, por convocatória do Presidente, por proposta do Núcleo Executivo ou por solicitação de um terço dos seus membros.
- 3 - No Plenário do CLAS cada entidade deverá ser representada por um elemento.
- 4 - Cada entidade terá direito a um voto.
- 5 - O Núcleo Executivo reúne mensalmente com carácter obrigatório, e extraordinariamente sempre que os seus membros considerem necessário.

ARTIGO 10º

Convocatórias

- 1 - As reuniões são convocadas pelo Presidente com a antecedência mínima de 15 dias. No caso das reuniões extraordinárias estas devem ser convocadas, no mínimo, com três dias úteis de antecedência.
- 2 - Da convocatória deverá constar o dia, a hora, local e respetiva ordem de trabalhos acompanhada da documentação necessária.
- 3 – A convocatória deverá ser feita por correio registado com aviso de receção ou livro de protocolo. No caso das reuniões extraordinárias a convocatória poderá ser remetida por correio eletrónico ou, se esse meio não for possível, por protocolo.

ARTIGO 11º

Quórum e Deliberações

- 1 - O Plenário funciona com a maioria dos seus membros.

2 - Em caso de falta de quórum, o Plenário reunirá meia hora mais tarde, com qualquer número de entidades presentes, devendo este facto constar da ata.

3 - As declarações de voto e propostas apresentadas são anexadas à respetiva ata.

ARTIGO 12º

Atas e Registo de Presença

1 - De cada reunião é lavrada uma ata onde se regista o que de essencial se tenha tratado, à qual se deverá anexar a folha de presenças, que será apreciada e aprovada na reunião seguinte.

2 - A responsabilidade de elaborar a ata pertence à Câmara Municipal de Viana do Alentejo.

ARTIGO 13º

Deliberação

As deliberações são tomadas por maioria simples tendo o Presidente ou o seu representante voto de qualidade.

CAPÍTULO IV

Acompanhamento e Avaliação

ARTIGO 14º

Acompanhamento

1 - O CLAS é objeto de acompanhamento pelos técnicos do ISSS ou do organismo que o venha a substituir.

ARTIGO 15º

Avaliação

1 - A avaliação deverá ser efetuada de uma forma sistemática e terá de constar dos Planos de Ação e Relatório de Atividades Anuais.

2 - Determinadas atividades poderão ser objeto de avaliação externa ao CLAS.

CAPÍTULO V

Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 16º

Entrada em vigor

O Regulamento do CLASVA entra em vigor logo que aprovado em reunião do Plenário.

Toda a matéria que fique omissa no presente regulamento interno aplica-se a legislação em vigor.

ARTIGO 17º

Revisão

Qualquer alteração ou aditamento ao presente regulamento deverá ser aprovada em reunião de Plenário do CLASVA, por maioria.

Aprovado a: 15 de Março de 2010

